



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE REDEÇÃO
PODER LEGISLATIVO

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, do dia dez, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Redenção – PA. Plenário Pedro Alcântara, reuniu a Comissão de Obras e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Redenção - Pará, sob a Presidência do vereador **Raytane Freitas**, Relator **JB Maninho** Relator e Membro **Jurandir Guedes** – Membro. Que convidou para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor Aristóteles – Gerente da Agência Reguladora de Abastecimento e Esgoto do Município de Redenção, Dr. **Flávio** – Presidente da OAB – Subseção Redenção, e o senhor **José Emanuel** – Gerente da Empresa Araguaia Saneamentos. Em seguida, solicitou a todos a ficar de pé em saudação as Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal e ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, solicitou ao Relator para fazer leitura da **PAUTA**: Ofício Convite para entidades, associações, autoridades e sociedade organizada do município de Redenção; **PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DA AGENCIA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO – ARAGUAIA SANEAMENTOS E PROMOVER DEBATE TÉCNICO SOBRE: METAS CONTRATUAIS**: Situação atual e cronograma de cumprimento das metas estabelecidas no contrato de concessão firmado com o Município de Redenção-PA; **TARIFA DE DISPONIBILIDADE**: Esclarecimentos sobre a base legal e os critérios de cobrança da referida tarifa; **CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS**: Discussão sobre a incidência de cobranças em situações de interrupção no fornecimento ou irregularidade no fornecimento de água. Após, o **Presidente** passou a palavra ao Diretor Geral da Empresa Araguaia Saneamento – **José Emanuel**, que ao assumir a tribuna, disse que quando falta água, quando o serviço não chega como deveria, isso afeta uma cadeia de situações nas vidas pessoas como a rotina das famílias, a saúde das crianças, no dia a dia de cada casa. Por isso, estar aqui hoje, não é cumprir uma agenda institucional, mas para assumir juntos responsabilidades por um tema que impacta direto a vida da população de Redenção. cumprimentos a todos presentes e sua equipe da Araguaia Saneamentos que trabalhar 24 horas por dia para garantir um serviço de qualidade para cada um de nós que moramos aqui. Agradeceu o convite para participar dessa audiência pública que trata de um tema extremamente relevante para a população, os serviços de água e esgotamento sanitário. Uma oportunidade de dar ainda mais transparência ao que a Araguaia Saneamento vem fazendo na cidade desde quando assumiu a operação. Fez questão de iniciar destacando um ponto fundamental, o saneamento básico não é apenas um serviço, é saúde pública, é dignidade, é desenvolvimento. Há um contrato de longo prazo, estruturado com base em regras claras que garantem segurança jurídica, previsibilidade e, principalmente, a capacidade de investimentos. Esse equilíbrio contratual é sustentado pela atuação de quatro pilares: o Poder Concedente, representado pela Prefeitura Municipal, a concessionária hoje; Araguaia Saneamentos, responsável pelos investimentos e operações para que toda a população seja atendida; a Agência Reguladora, garantindo fiscalização técnica e a população usuária que atendemos, entregando os serviços e que tem o papel essencial de adesão ao sistema de abastecimento. Cada um com seu papel, mas com o único objetivo: universalizar o acesso à água e esgotamento sanitário do município de Redenção. Entende que saneamento se constrói em parceria, isso significa investimento,

regulação firme, gestão pública comprometida. Mas também informação, adesão e confiança da população. Nesse sentido, é importante reconhecer o avanço institucional promovido por esta Casa Legislativa, com a aprovação da Lei Complementar 176 de 2025, que fortaleceu a Agência Reguladora, garantindo mais autonomia, tecnicidade e estabilidade na regulação. Hoje a Araguaia Saneamento opera uma base de ativos composta por 50 poços em operação, 20 reservatórios, cobertura de água que atinge 76% da área urbana. Atendimento a cerca de 60.000 habitantes. Reconheceu que ainda há desafios importantes, especialmente na ampliação das conexões. Hoje as conexões giram em torno de 57%. Hoje, menos de 60% da população está conectada à rede de água já disponível. Muitas vezes a infraestrutura já chegou, mas o benefício completo só aparece quando há conexão. É aqui que existe um esforço conjunto em levar rede com qualidade e dá população. Aderir ao sistema para garantir segurança e saúde. Seu compromisso aqui hoje é transparência total. Está à disposição para explicar, esclarecer, ouvir. Porque o saneamento que queremos para a Redenção não depende de um único agente, ele depende de decisões responsáveis, de diálogo aberto e de um compromisso coletivo. E que a Araguaia reafirma que o seu compromisso com a transparência, com o investimento contínuo e principalmente com a população dessa cidade, porque entende que o diálogo é o melhor caminho para se construir soluções equilibradas, justas e sustentáveis para todos. Reiterou seus agradecimentos ao convite para estar participando desta audiência pública, e se colocou à disposição de todos os vereadores e da população aqui presente para maiores esclarecimentos. Em seguida, o Presidente, observando as formalidades para a condução desta Audiência Pública, declarou aberta a **FASE DE DEBATES**: Fez uso da palavra o vereador **Raytane Freitas**, que perguntou ao Representante da Empresa Araguaia Saneamentos – senhor José Emmanuel. Disse que o contrato feito entre o município e esta empresa diz que até 2022 Redenção deveria estar com água em todas as casas, 99%. E já estamos em 2026, quase na metade da cidade, 40% continua no seco? E sobre o caso do esgoto, a promessa era passar de 60% agora, mas os dados mostram que chegamos a 7%? E a outra pergunta é que não se cumpriu as metas contratuais, mas porque já estão cobrando essa taxa das pessoas, mesmo daquelas que já tem poços em suas casas, uma vez elas usaram desse sistema, mas hoje não usam mais e mesmo assim tem chagado cobranças de água; por que essa empresa é tão boa para cobrar da população, mas não é boa para cumprir o que está em contrato? Outra coisa é porque vem se atropelando várias concessões, várias. Foi lá no começo com uma empresa, aí vem outra, outra, outra e nunca chegaram ao denominador comum que a população espera, que é uma água de qualidade, que chegue na sua porta, que chegue na sua vasilha. Como foi falar falado, a água é um bem essencial que o ser humano não consegue viver sem ela. A gente precisa da água desde o momento que levanta para escovar os dentes, para tomar banho, fazer o café da manhã, o almoço e aí na hora de dormir tomar aquele copo de água e também poder tomar banho para poder dormir. E aí, perguntou para o representante da empresa, onde é que tá essa flexibilidade de não ter que entregar o serviço para depois cobrar, porque sabe que foi promessa de enterrar canos na nossa cidade, mas o que na verdade tá sendo enterrado é a vontade da população e a indignação de poder tá pagando aquele serviço que a gente não usufrui. É cliente dessa concessionária, dessa agência de água, e reconheceu também que essa empresa já melhorou o índice, na questão do abastecimento, o índice de falta de água nas torneiras é bem menor, mas existe. Quer certo e é certo que essa empresa melhorou, mas também houve um reajuste em suas tarifas e agora o mais absurdo é a cobrança, porque a gente não importa de pagar, desde que você esteja usando, usufruindo de um serviço de qualidade. Respondeu o senhor **José Emanuel**, disse que assinaram contrato com o município de Redenção em setembro de

2012. Um contrato de 30 anos. Esse contrato iniciou suas operações em janeiro de 2013 e com metas claras, investimentos claros e com plano de negócio e com plano estratégico, plano equilibrado, por uma taxa interna de retorno do projeto. Em 30 anos é muito difícil se prever situações, por exemplo: que aconteceria uma pandemia, que aconteceria uma guerra cujo preço do PVC tá aumentando em torno de 30%, que é o principal insumo. Nesta caminhada de 2013 até 2026, o contrato diz que a cada 4 anos é necessário fazer uma revisão ordinária, justamente para verificar se nesses 4 anos houve algum desalinhamento do ponto de vista econômico. Para que isso não prejudicasse os investimentos. A cada 5 anos, a empresa, o poder concedente, como responsável pela detetor da concessão, deve atualizar o plano municipal de água e esgoto. Também para se verificar as políticas públicas se estão de acordo com o que foi traçado no início do contrato, porque isso também traz impacto financeiro para o contrato. Veja o que aconteceu de lá para cá, não houve nenhuma revisão ordinária que pudesse verificar o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. De lá para cá, várias situações vieram acontecendo. Uma delas é a conexão, aonde é implanta redes e cobre uma área de 70% do município e você trabalha com informação, com campanhas para que população faça a conexão e o que a gente espera é que essa cobertura de 76% também tenha 76% de conexão. Isso garante o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Esse é um ponto. A concessionária passou por esses anos por troca de controlador, mas a empresa é a mesma, com o mesmo CNPJ do início. O que mudou foi o controlador. As responsabilidades do contrato atualmente são da Araguaia Saneamento. E não houve nenhuma alteração em relação à empresa, todas as alterações de controle acionário foram anuídas pela Prefeitura de Redenção e atualmente a Araguaia está à frente das operações e responsável pelos investimentos, por avançar os investimentos. Então, foi totalmente tranquilo, totalmente dentro da legislação. Lembrou também que a legislatura acontece a cada quatro anos, e o gestor público muda, com políticas públicas que também mudam. Só que políticas públicas que têm impacto diretamente na concessão tem que ser verificado a revisão ordinária do contrato. Então foi um acúmulo de situações e o que prejudicou o alcance dessas metas. Realmente a meta de universalização que era para acontecer em 2022 não aconteceu, fruto, talvez dessa condição, dos quatro pilares que citou no discurso agora a pouco que não pode se desassociar. Por quê? Porque o contrato presente, eles têm que estar equilibrado para que a empresa consiga fazer os investimentos necessários e cumprir as metas necessárias durante todo esse período. Ficou feliz por reconhecer que houve melhoria no abastecimento e realmente tem feito muito e modernizado o sistema. Hoje tem um sistema que monitora os níveis dos reservatórios na palma da mão dos encanadores da empresa, leiturista, atendente comercial e operadores de 0800. Implantaram o 0800 na cidade, contrataram três atendentes de telemarketing que conhece toda a região. Há um atendimento mais rápido, mais assertivo e com a resposta na porta, na ponta da língua, porque a sala do 0800 é do lado da sala de operação, é do lado da sala de atendimento, então tem informação rápida para passar para a comunidade. Foi um grande avanço. Dobraram a capacidade de produção que passou a última estiagem sem nenhum problema no abastecimento, exceto quando há problemas de rompimento de tubulação por causas naturais, rompimento de tubulação por terceiros, as vezes o próprio morador vai furar uma fossa e quebra a tubulação. Obras de pavimentação da própria Prefeitura. Tiveram um avanço muito forte na pavimentação, mas tiveram também os transtornos que toda a obra traz e uma delas foi um aumento de vazamentos justamente no período mais quente do ano. Fora isso, não teve problemas. E todo o sistema é carente de 100% da qualidade da energia fornecida. E foram mais adiantes. Instalaram um grupo gerador no centro de reservação do setor Serrinha, tem um grupo gerador móvel sobre

rodas para que a possam chegar no poço que parou até que a energia seja restabelecida. Então são vários avanços e temos muita coisa projetada. O planejamento de 2026, entregar um reservatório de 400.000 litros para abastecer o setor Serrinha, setor São José e os setores mais próximos. Estão fazendo um recadastramento comercial com objetivo de atualizar informações, principalmente telefones, celulares, e-mail, para que consiga comunicar melhor e mais rápidos com os usuários. Estão substituindo 4.800 medidores em 2026 para melhorar as perdas aparentes, atualizando de 9 anos para 6 anos e meio a idade os medidores instalados em Redenção. Já são grandes avanços que já são sentidos pela população e por todos que recebem o serviço da Araguaia Saneamento. Então, fica muito feliz, ressaltando, fico muito feliz, e agradeceu muito também a regulação técnica que contribuiu e tem contribuído fiscalizando e cobrando as ações dentro desse período de 2000 até o momento. Fez uso da palavra o vereador **JB Maninho**, disse que pelos questionamentos já feitos pelo presidente desta comissão, o senhor José Emanuel colocou uma parte em que fala de reajustes contratuais, essa responsabilidade de chamar para esse reajuste contratual é da população, da prefeitura ou da própria empresa prestadora de serviços de abastecimento de água e esgoto? Foi também dito que essa empresa continua sendo a mesma ao longo dos anos, com o mesmo CNPJ e o que mudou foi só o regulador. A previsão para que todas as metas contratuais fossem entregues para a população de Redenção para atingir aí os 99% ou 100% era em 2022, mas na fala do mesmo, atualmente conseguiram alcançar apenas a cobertura de 75% da população, que hoje tem cano disponível para receber essa água que é oferecida hoje pela Araguaia Saneamento. Mas quer questionar, hoje o maior clamor da nossa população é a falta de água. Deu um exemplo, que semana passada o setor, um dos mais carentes dessa cidade ficou uma semana sem água, que é o setor Vila Maria. E passou uma semana recebendo notificações via WhatsApp que lá estava sem água. Mas o representante desta empresa falou aqui que esses 75% de cobertura muitas pessoas não se conectaram ao sistema de abastecimento. Há uma dificuldade que isso atrapalhou no cumprimento das metas, mas se essa empresa não consegue entregar água para a população que já está conectado, como é que vocês vão conseguir entregar água para essas pessoas que não querem se conectar justamente pela deficiência da empresa? Perguntou se é possível fazer um acordo hoje com essa comissão e o parlamento, sobre a cobrança dessa taxa de disponibilidade de hidrômetro? Haja vista que a empresa não cumpriu nem com 50% das suas das suas obrigações contratuais. Se for possível o representante dessa empresa fazer esse acordo com essa comissão, ao final lhe responda essa pergunta. A concessionária, vem para esse município, dar garantias que irá cumprir nessas metas até 2029, né? O contrato foi assinado em 2012, com o período de 30 anos, em todo esse tempo eles não conseguiram cumprir nem a metade do contrato, portanto, quer saber qual é o milagre que essa empresa vai realizar para cumprir todas essas metas em 3 anos? Qual será a receita? As maiores reclamações hoje da população são, primeira é a falta de água e a segunda é uma cobrança que está sendo feita a pessoa que não estão utilizando dos serviços desta empresa. Entende que a lei ela tem que valer para os dois lados, por que a lei é rigorosa para o consumidor e não é rigorosa para as causas contratuais? Como que vocês querem cobrar taxa de disponibilidade se vocês não cumpriram com 20% das causas contratuais? E um exemplo dela é a questão de saneamento básico, que hoje é menos de 6% no município de Redenção. Pediu respostas ao que apresentou para a população que há mais de 14 anos vem sofrendo com um péssimo serviço prestado por essa empresa. Não estão aqui para passar a mão na cabeça desta empresa, porque a população que paga os seus impostos, que paga os altos salários dos vereadores, prefeito e vice-prefeita, não aguenta mais passar uma semana sem água. Perguntou se o representante da empresa anotou

suas perguntou e gostaria que fosse respondido na ordem que as fez. Respondendo as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que o setor Vila Maria, como falou no início, a falta d'água hoje ela só acontece por rompimento de tubulação devido a fadigas, devido a incidentes provocados pelo próprio morador ou por terceiros ou por queda de energia, falha de equipamentos. Por que que fala isso? Porque hoje há produção de água suficiente para atender com tranquilidade o setor Vila Maria. Foram perfurados um poço no setor Jardim América que é setor de divisa. Esse poço deu garantia e melhoria não só para o setor Vila Maria, mas para o setor Jardim Cumaru, para setor Jardim Ariane, que eram setores mais sofridos em relação à intermitência no abastecimento. Mas depois que perfuramos o poço, essa realidade deixou de existir. Pode ter acontecido situação pontual, que por maior dificuldade ou menor dificuldade se estendeu um pouco a solução, mas não porque não há disponibilidade hídrica. Em relação à tarifa por disponibilidade, como muito bem colocou, ela tá sendo cobrada sobre uma base legal. Se buscarem jurisprudência, isso é nacional. Esse foi o exemplo que apresentou agora a pouco, aonde já foi posto em Redenção 76% de cobertura da área urbana. São 430.000 metros reis, e desse número apenas 56% a 57% de atendimento. Parte dessa rede está ociosa, mas o investimento ele foi realizado, ele precisa ser amortizado. Não é justo por 57% pagar pela amortização do investimento que foi feito para 76% de cobertura da área urbana aqui do município, por isso, existe a lei. Não há como, abastecer o vizinho seu da direita e o vizinho seu da esquerda sem passar na porta da sua residência. Essa base de ativos, ela tá dimensionada, ela tá posta operando, pulsando e dando manutenção para toda essa capacidade já instalada. Essa diferença de percentual entre o índice de atendimento e o índice de cobertura, ela frustra a receita que foi projetada e desequilibra o contrato e prejudica novos investimentos. E o que estão querendo garantir aqui são os investimentos para universalizar até 2029, como você colocou. E não há milagre nisso. Há recurso a ser investido. E como desde quando chegaram em Redenção com um propósito muito forte para mudar o cenário aqui do saneamento, conseguiu enquadrar uma carta consulta no Ministério das Cidades no final de dezembro para buscar R\$ 42.000.000,00 para universalizar o sistema de água e fazer duas bacias de esgotamento sanitário. Além disso, estão protocolando nova carta consulta para buscar mais recursos para garantir, aí sim, a universalização do esgotamento sanitário até 2033. Estão trabalhando com melhorias contínuas, aplicando tecnologia para que essa situação da intermitência no abastecimento, seja por qualquer problema, ela possa ser resolvida de forma rápida. Não há como fazer acordo, não há como instituir acordo, porque estamos falando do que está posto. O que está posto já tá vindo desde muito tempo desequilibrado. Então, é uma situação é precisa corrigir. É uma situação que tem conversado com a Agência Reguladora, que distribuiu essa situação da cobrança por disponibilidade em três momentos. Primeiro momento, recuperação de base. O que é recuperação de base? São as ligações que já estão na nossa base de ligações nativas, ligações cortadas, que o morador não tem custo nenhum para pedir sua ligação. O segundo momento são as ligações factíveis. As ligações factíveis é o cliente que ainda não tá na base de dados. Essa é uma situação a qual a Agência Reguladora lhe notificou, pedindo informações e suspendendo a questão até que pudesse dar alguns esclarecimentos. Essas ações são para que possam chegar em 2029 com 100% de cobertura de redes com água aqui em Redenção. Fez uso da palavra o vereador **Jurandir Guedes**, que primeiramente agradeceu a presença do senhor José Manuel – Diretor/presidente da Empresa Araguaia Saneamentos, e os demais. Disse que o representante dessa empresa afirmou ter trazido alguns dos seus colaboradores para esta audiência, e pediu para que eles colocassem de pé para os identificarem. Então veio o senhor José Emanuel e mais um. Não veio o quadro operacional da empresa, portanto, cai

por terra quando o mesmo disse que tinha vários funcionários da empresa presente nesta audiência. Gostaria que fosse respondido lhe olhando no olho, sem ler resposta. Observou atentamente, e até parabenizou a equipe do senhor José Emanuel que escreveu o texto para ser lido nesta audiência, palavras bonitas, mas já estão cansados de palavra bonita, querem resolver a falta de água da população. Primeiramente, gostaria de saber se o senhor, como diretor presidente dessa empresa, mora em Redenção e se lhe perguntar sobre os pontos críticos de nossa cidade que falta água, se o mesmo sabe lhe detalhar sem receber informação de ninguém? Está faltando água em pleno inverno. Segundo o diretor desta empresa falou, que existe um 0800 que evoluiu bastante, que trabalha lado de uma sala operacional que já busca as informações para tentar resolver o problema. Porém, sabem que a maior falta de água é no horário de pique. Neste horário de pique é agora, se ligar no 0800, que lhe passou aqui, tem alguém lá, justamente no horário da noite em que o povo chega do trabalho para banhar, que é o horário que as pessoas vão limpar suas casas? Inclusive, acabou de receber uma reclamação ali agora a pouco, é de uma colaboradora da casa que todo dia depois das 19h falta água na casa dela para ela limpar a casa. Ela trabalha o dia todo, quando ela quer limpar a casa dela, não tem água. E o 0800 fica só tu, tu, tu. Está falando de uma instituição, entende e respeita seu posicionamento em defender o seu ganha pão, a sua empresa. Então, toda a mágoa, o rancor da população não é direcionado ao Manuel Pessoa física e sim a empresa que por várias vezes o senhor falou que já trocou de nome, mas continua sendo a mesma. Tem amigos que trabalhou lá, salvo engano era Odebrecht, BRK e agora é Araguaia. Todas as trocas empresas, foi feito uma rescisão contratual com seus colaboradores. Então, isso já dá um ar que cada vez é uma troca de empresa para que possa dizer que vai melhorar, porque nós já estamos na quarta audiência, só nesse primeiro ano em três meses aqui, salvo engano, e nada vem sendo feito, vem só palavra bonita. E mais uma vez reforçou, às vezes eles mandam um quadro administrativo de Palmas, mas que resolver o problema. Você liga lá e às vezes é obrigado a população a usar um vereador. Como bem o JB Maninho falou, nós estamos aqui apenas para fiscalizar e não para executar. E essa parte de executar já seria obrigação da empresa Araguaia Saneamentos, uma vez que tá se cobrando até uma taxa de disponibilidade de cano na porta e que a cidade toda está reclamando. E queria pedir para que o representante dessa empresa estendesse um horário até pelo menos a meia-noite de atendimento, que é o horário que muitas das famílias chegam em casa e vão fazer suas obrigações dentro de casa. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que já fizeram experimentos em relação a esses horários, domingos, praticamente zero de ligação. Alguns casos, né, pode ser que aconteça sim depois das 19h ou domingo, principalmente. Mas voltando à suas perguntas, conhece bem Redenção, conhece todos os bairros que a empresa abastece, conhece todos os poços, e toda a malha de rede. Desde quando chegaram, redimensionou bombas, trocaram tubulações perfuradas dos poços. Isso aumentou nossa produção, significativamente. Aqui, historicamente em Redenção, Buriti 3, Jardim Cumaru, Jardim Ariane, Atila Douglas, Morada da Paz, parte do Alto Paraná, são setores que sofreram muito pelo histórico, com esse trabalho que foi feito. Hoje a empresa não tem reclamação, a não ser quando há os problemas pontuais que acabou pontuando. Hoje, Redenção encontra com diretor Presidente, residindo no seu município, uma estrutura comercial, uma estrutura de gestão operacional também aqui no município. hoje tem condições de resposta tremenda, e é isso que o sistema às vezes precisa para que a população não sinta os efeitos aí de alguma falta d'água pontual. Então, essas melhorias que foram implantadas e com a automação dos reservatórios, é fácil para empresa hoje verificar o qual foi o motivo da falta d'água. Muitas das reclamações às vezes está no registro do kit cavalete do

morador. Recebem várias ligações do 0800 quando vamos checar o kit cavalete está com registro fechado ou porque às vezes o próprio usuário acabou esquecendo de pagar sua fatura e a sua água foi suspensa. Então, são situações que a empresa manda uma equipe verificar, a nossa equipe agente orienta para dar resposta rápida para o cliente, para chegar junto com o cliente e fazer as verificações, para que, ele se sinta atendido. Tem feito esse trabalho muito forte com nossa equipe. Quanto às aos funcionários, a sessão também tá sendo transmitida pelo canal e agradeceu nesse sentido também. A empresa tem buscado, sim ser muito assertiva, tem buscado, fazer um trabalho eficiente, estamos colocando tecnologia, utilizando essa tecnologia para lhes dar informação rápida para que possam atuar e assim prestar para a população esse reconhecimento. O Presidente justificou a ausência do Presidente desta casa de leis – vereador Leandro Onofre, que mandou mensagem dizendo estar em compromisso oficial fora da cidade e por esse motivo pode estar presente, mas vai tentar chegar a tempo. Fez uso da palavra o ilustríssimo **Dr. Flávio Almeida** - Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil aqui em Redenção, que inicialmente cumprimentou a todos presentes. Ficou muito alegre em saber que o Dr. Aristóteles hoje estar à frente da Agência Reguladora, por ser um profissional de alto quilate, talvez um dos melhores nomes na cidade para ocupar essa pasta. Inclusive a câmara resolveu fazer uma sabatina do Ari. Acha que em anos, talvez desde a criação desse contrato, desde a celebração desse contrato de concessão em 2012, nunca tiveram à frente da Agência Reguladora um profissional desse quilate. Acho que o prefeito acertou na escolha e queria estender esses parabéns também. Inicialmente, agradeceu esta casa pelo convite a OAB. De fato, a OAB, dentre as suas missões, além da defesa de prerrogativas, além de regulamentar o ingresso e fiscalizar a atividade profissional, ela tem como sua responsabilidade a defesa do cidadão, a defesa da cidadania. E nesse sentido, em que pese terem marcado uma audiência pública com uma sexta-feira à noite, e a OAB se faz presente, principalmente para cumprir o seu papel e a sua função constitucional. Agradeceu e parabenizou a todos os vereadores que se fazem aqui presente e ao mesmo tempo aproveitou fazer uma crítica. Essa Câmara tem 17 vereadores e salvo as ausências justificadas, que foi uma, aonde olha e espanta em não ter essa casa cheia de vereadores, porque talvez ao lado do trânsito essa seja uma das problemáticas mais discutidas e principalmente mais sentidas pela população de Redenção. Hoje, se a gente puder enumerar, acho que é o trânsito, a infraestrutura, que se discute muito, segurança pública, saúde, que sempre é um gargalo, e a questão do sistema de abastecimento de água e de esgoto. Então, parabenizou todos os presentes ao mesmo tempo fez uma crítica aos vereadores que não se faz presente nesse tema, que para sua pessoa é um dos temas mais importantes da nossa sociedade. Espero que a população tenha boa memória e principalmente lembre dos nomes que se fazem presente aqui em 2028. Façam justiça, porque acredita que os vereadores que se fazem presente aqui, eles demonstram um compromisso com a sociedade. Agora, ao senhor José Manuel, inicialmente, disse que de fato o senhor José Manuel é alguém que que milita no nesse segmento há muito tempo é uma pessoa bastante capacitada. E acredito que ele conhece sim a realidade de Redenção. Mas, senhor José Manuel, tem algumas falas que quer fazer alguns registros, primeira ele falou de assumir junto responsabilidade, isso no início do seu discurso. Pois bem, quando o município celebra um contrato de concessão pública, é porque ele não tem condições de executar aquele serviço ou presume-se que ele não tem condições de executar esse serviço e ele só corre de um particular para que esse serviço seja prestado. E acredito que o município espere que esse serviço seja prestado com qualidade e a tempo. Deixar isso registrado, porque esse é o espírito do contrato, esse é espírito da lei de concessões. Num segundo momento, apontou outra fala do seu Zé Manuel, sobre os 30

anos não daria para prever uma guerra e uma pandemia. Mas, acha que a pandemia, de fato, é um acontecimento mundial que deve ser ponderado. As guerras que vem acontecendo, principalmente a mais recente, também há de ser ponderada. Precisam fazer um juízo de valor. Informou que no ano de 2016, na época do Prefeito Carlo Lavé participei de uma reunião, ou seja, há 10 anos atrás, onde já se discutia o atraso nos cumprimentos das metas desse contrato de concessões, ainda não tínhamos tido nenhuma pandemia, também nenhuma situação de guerra. Além disso, fez a leitura de alguns documentos e ficou sabendo que todos os anos a empresa deveria ter feito investimentos de acordo com previsão em contrato, ou seja, há uma previsão de investimentos por parte da agência reguladora. Na somatória dos contratos, no ano de 2012, salvo engano, a somatória dos investimentos de R\$ 1.100.000,00 no sistema de abastecimento de água. Isso em relação à água; em 2013 o valor seria de R\$ 10.653.000,00; em 2014 o valor investido seria de R\$ 1.000.000,00; em 2015 seria de R\$7.000.000,00; em 2016 o valor seria de R\$ 6.000.000,00; em 2017 o valor seria de R\$5.000.000,00; em 2018 o valor seria de R\$ 820.000,00; em 2019 o valor seria R\$ 827.000,00 e assim por diante. No que diz respeito ao sistema de esgoto, a partir de 2018 deveria ser feito investimento de R\$ 5.860.000,00 e em 2019, o valor seria de R\$ 23.000.000,00, assim, sucessivamente. Mas na somatória dos valores, tive a curiosidade, até o ano de 2025, deveria ter sido feito o investimento no que diz respeito ao sistema de abastecimento de água o valor de R\$ 48.994.000,00. Já em relação ao sistema de abastecimento de esgoto, a empresa deveria ter feito até o ano de 2025 um investimento de R\$ 63.844.000,00. Contudo, teve o cuidado de conversar com o diretor presidente da agência, e a informação que tem é que os investimentos feitos até hoje foram de R\$ 46.638.000,00, ou seja, há um déficit de R\$ 66.000.000,00. A empresa deixou de investir esse valor, somando o sistema de abastecimento de água e esgoto. O questionamento que faz é: por que a empresa não fez esses investimentos? Foi falado sobre o desequilíbrio do contrato, e gostaria de saber o que a concessionária está fazendo para se ter esse equilíbrio? Por que já estão com 14 anos de contrato, 14 anos de reclamação. Parabenizo a Câmara por essa postura, mas se não há possibilidade de fazer um acordo, como o próprio senhor José Emanuel disse, acha que a via judicial é a mais cabível, para que esse contrato seja cumprido, estabelecendo metas, multas caso haja descumprimento. Acha que é a via mais cabível, e colocou a OAB, Subseção de Redação à disposição dessa Casa para que em conjunto possam trabalhar nesse sentido. Se tiver fundamento, evidentemente, já acionarão o jurídico da casa. Tem conversado com o diretor Presidente da Agência Reguladora, solicitando alguns documentos posteriormente para que façam essa análise e talvez se há possibilidade de fazer um acordo, um TAC, como vi aqui na previsão. Talvez a via judicial é o único caminho e fica essa sugestão para reflexão. E esses dois questionamentos para o senhor José Manuel, o que a concessionária tá fazendo ou já fez ou pretende fazer para conseguir esse equilíbrio financeiro e por que não fizeram os investimentos previstos, sendo que há um déficit de R\$ 66.199.983,00? Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que a regulação é contratual sobre o fluxo financeiro e econômico do projeto ao longo de 30 anos. Não podem só avaliar a linha de investimentos, devem avaliar também a linha de receitas. Será que nesse mesmo período que foi citado os investimentos entrou a mesma receita que estava prevista? Os custos previstos nesse mesmo período são os mesmos que estavam na planilha? Porque não se calcula equilíbrio econômico financeiro, olhando só a linha de investimentos. Por quê? Porque o projeto ele tem uma taxa interna de retorno que precisa desses três pontos para mostrar se é um contrato que está equilibrado ou desequilibrado. Por isso, que no próprio contrato de concessão é obrigatório a revisão a cada 4 anos. Quando citou a questão da pandemia, quando citou a questão do preço do PVC agora, foram exemplos

que pode acontecer algo não previsto durante esse período de 4 anos, que quando chegar no quarto ano tenha que se corrigir, quando chegar no oitavo ano tem que se corrigir, quando chegar no décimo segundo ano tem que se corrigir. E de quem é a responsabilidade para fazer todo esse processo? A concessionária informa todas as informações contábeis, e os investimentos que foram realizados, dos custos e despesas que foram realizados, das receitas que foram arrecadadas ou faturadas dentro desse período, da inadimplência desse período. E informam tudo isso pra Agência Reguladora e para o Poder concedente para que se verifique e se corrija a trajetória do contrato, para que isso não possa ser condição dos investimentos não realizados. Informou que essa é a sua segunda passagem por Redenção, a primeira passagem durante 5 anos, de 2012 a 2017, por isso que fala com propriedade. Conhece muito bem todo o território, toda a área, toda a rede implantada, e consegue interagir bem para que a possam aprimorar e melhorar. Mas há situações que não está em domínio, há situações que dependem de uma decisão do prefeito, de uma decisão da agência reguladora, que é justamente para corrigir essa rota e o contrato não ser desequilibrado. Lá atrás, na sua primeira passagem por aqui, ainda na gestão, conforme foi comentado, em 2016 não havia meta vencida, mas havia o que tá acontecendo hoje, aonde ampliaram o índice de atendimento para as conexões à rede de abastecimento, aonde passa na porta de 100 residências e apenas três quer água, diz eu quero me conectar. As outras não querem se conectar, mas você fez o investimento para atender todo mundo. É uma situação que desequilibra o contrato. Por isso essa situação do acordo não é possível. Não, porque eu não quero, porque a regulação não permite. O outro ponto é sobre as responsabilidades, sobre os quatro pilares que forma colocados. Se olharem o contrato de concessão, esses quatro pilares têm obrigações, o município tem obrigações, a agência reguladora com papel ali de fiscalizar a prestação do serviço e fazer valer o que é contratual, a população de se conectar no sistema abastecimento. Isso também está no contrato e está também na resolução. Então, quando comentou sobre juntos, precisarão resolver e olhar para a frente e traçar objetivos e buscar a universalização do saneamento em Redenção, foi com esse com esse olhar. Sozinho não conseguirá porque depende da Agência Reguladora para aferir os investimentos que foram feitos, as receitas oriundas de todo o período e os custos e despesas e amortização, depreciação de todo o período. São com essas informações que se avalia se um contrato está equilibrado ou desequilibrado. Um passo muito importante foi dado agora recentemente, essa provocação, vem sendo feita pela administração e gestão contratual da empresa a cada 4 anos que se passa. A Concessionária tem encaminhado ofício informando, dizendo que tem que atualizar o plano municipal de esgoto que é lá de 2012. Informaram isso 4 anos depois que assinaram o contrato, 4 anos depois informaram novamente, encaminhando também estudo técnico. Essa política está contida no Plano Municipal de esgoto, ela precisa ser atualizada. As coisas mudam ao longo desse tempo, há mais tecnologia. Quando chegou aqui em 2012, não tinha um WhatsApp, hoje tecnologia é diferente. Hoje tem a IA que vai trazer benefícios tremendos para toda a sociedade, para que consigam usar e aplicar o saneamento também. Não dá para olhar e apontar o dedo para a empresa sem juntar os quatro atores, os quatro pilares, e conhecer essa realidade para que possam neste período recuperar e universalizar conforme comentou. Fez uso da palavra o senhor **Aristóteles** – Presidente da Agência Reguladora de Saneamento de Água e Esgoto do Município de Redenção, disse que de acordo com as falas que lhe antecederam podem perceber que é um tema complexo, não é um tema simples, é um tema que exige a consideração de legislação Estadual, legislação Federal, legislação Municipal, cruzar e tentar encontrar o melhor ponto de equilíbrio. A sua missão, de pessoa a frente da Agência Reguladora, é proteger o usuário e garantir a

sustentabilidade do contrato. Essa é a missão da agência, assim, de forma bem resumida. E quando a assumiu esse cargo, foi convidado pelo prefeito Dr. Rener para assumir esse desafio agora em fevereiro de 2025, a primeira coisa que se deparamos foi um déficit regulatório de mais de uma década, ou seja, mais de uma década sem o acompanhamento efetivo dos serviços da concessionária. Tem conversado muito com o representante da Concessionária, tem alinhado, nós temos uma conversa, um canal muito aberto de diálogo. O representante da concessionária citou os pontos necessários para que haja o reequilíbrio contratual. Isso não só aqui, mas também em várias reuniões já feitas, isso é visível. O contrato está desequilibrado e precisam ajustar. Só que na hora que fala para ajustar, nós temos que pensar no usuário. Na hora que fala de ajustar, devem pensar na sustentabilidade do contrato. Na hora que fala de ajustar, devem pensar na posição passiva que a concessionária teve durante o processo de concessão. Foi deixado claro aqui as etapas que tem, os anos que deveriam ter feito os investimentos. Por exemplo, foi colocado que se precisa fazer o reequilíbrio contratual, mas só no primeiro ciclo de gestão, que é dos 4 anos, tinha que ter sido feito um investimento de R\$31.000.000,00. Mas esse valor não foi investido, nem mesmo 50%. Por quê? Por que foram investidos apenas 50%? Assumimos a agência recentemente. Então, estão fazendo estudos e diagnósticos para todos esses eixos. Imagine os senhores, são vários eixos que estão falando. Todos os pontos que foram colocados aqui pela a concessionária de melhoria em 2025, atribui a grande parte por duas visões. Primeiro, quando assumiu, a o Dr. Rener, prefeito de Redenção, já tinha um compromisso com a população. Essa condição de prestação de serviço não iria permanecer da forma como estava. Isso foi todo o processo de campanha e foi a missão que foi lhe dado. Não permanecerá da forma como está. Se for para continuar dessa forma, é para encerrar o contrato. Só que até para fazer o encerramento do contrato, existe um grande esforço na via judicial, na via administrativa, que não é simplesmente só chegar e cancelar, porque cancela hoje e como ficará o usuário? Como fica o setor Vila Maria, o São José, o Serrinha e a continuidade da prestação de serviço? Sempre devem pensar no usuário e no contrato. Assim que chegou, propôs um termo de compromisso. Nesse termo de compromisso, listou várias coisas, dentre elas o que foi citado aqui pela concessionária. E muita coisa já melhorou, há controle feito via celular, aonde monitoram os vazamentos e isso diminuiu muito, há soluções hoje mais eficazes para combater a falta de energia, hoje está automatizado, quase todos. Só podem gastar 25% do que o município produz de água. Hoje estão gastando uma média de 40% e quem paga a conta? O povo. Percebe que tem muito para se melhorar. E é esse nível de melhoria, é esse nível de trabalho que a agência reguladora hoje está se projetando. Então, em 2025 fizeram esse termo de compromisso. Em 2025 nós deram início a viabilidade para atualizar o plano. Não tem como definir novas metas, repactuar metas sem um plano, passar por esta casa, aprovar em lei, dizendo quais são as novas metas, como vai ser. Então isso iniciaram ano passado. Esse ano já estarão com a Universidade Federal do Tocantins em Redenção, trabalhando inicialmente o diagnóstico para nós construirmos até o final do ano esse plano. E aí sim, teremos condição de dizer quais são as metas, como que vai ser o trabalho da concessão, inclusive a questão do reequilíbrio. Hoje a concessão fala-se muito sobre esse passivo de reequilíbrio, mas pelo contrato nós não temos como fazer reequilíbrio sem definir metas. Não tem como simplesmente definir olhando para trás sem olhar para o futuro. E quando olha para trás, só ver déficit, muito déficit. Agora que estão começando a sentir a melhoria. Tem um outro ponto aqui sobre especificamente os temas das nossas audiências. Nós estamos falando sobre metas contratuais, tarifa de disponibilidade e a continuidade de serviço. Em relação às metas contratuais, a concessionária já apresentou uma proposta até 2029 para universalizar 99% da água e até

2033 pelo novo marco, nós temos que ter 90% do esgoto. Hoje nós temos uma garantia que foi apresentado pela própria concessionária, uma carta consulta que foi aprovada para obter recursos, para fazer o investimento. Aí vem a pergunta para a concessionária, e se essa carta consulta não der certo, como que nós vamos resolver esse problema? Esgoto foi 0% de investimentos. Há uma cobertura de esgoto feita pelo Governo Federal, não foi a concessionária. Então, como irão fechar esse buraco? Como que irão garantir isso? Se a carta consulta não der certo, o seguro dá certo, o que que nós vamos fazer? Redenção precisa de uma solução, precisam de uma solução. O outro ponto é sobre a questão desse passivo. Quando, fala do passivo, principalmente lá no início dos 4 anos e quando olha as metas que estão esburacadas, essa reprogramação, esse pedido de reprogramação de meta, ela não será aceita de forma passiva. O município não simplesmente vai receber um pedido de reprogramação de metas sem um processo de responsabilização, que se faça um processo sancionatório acerca do eventual dano que foi gerado pela concessionária de não ter feito o que tinha que fazer, um eventual dano à saúde pública que você o cidadão que tá consumindo água, que é acima dela, está sendo lançado todo o esgoto que é produzido na cidade. Então todas essas variáveis têm que ser considerada, não é simplesmente repactuar. Isso, para todos visualizarem que é muito complexo e não é tão simples esse procedimento. E avançando sobre a questão da proteção do usuário frente à taxa de disponibilidade. Quando assumiu a Agência reguladora foi lhe dado ciência pela concessionária que nesse ano seria feita a cobrança de disponibilidade, a agência de plano encaminhou um ofício e pediu para que ela se abster-se, para que a gente regulasse esse processo, para que programasse como ia ser, como seria feito. E hoje a concessão ela está fazendo justamente isso, primeiro atacando os inativos, depois os factíveis, que é o que vão organizar. E ainda tem uma coisa, uma programação que quer fazer este ano, claro, que depende também de reequilíbrio, talvez esse reequilíbrio, especificamente nesse ponto, vai ser, mas ainda é um ponto de discussão. Quem é CAD único, quem é BPC tem direito de 50% de desconto em cima da tarifa. Então, como que nós vamos tratar isso? Nós também temos que discutir. Perguntou também se a grande resistência em relação a pagar a taxa de disponibilidade, custa a tarifa mínima. Se eu manter conectado, se só vou pagar a tarifa mínima. Por exemplo, eu tenho a possibilidade de pagar a tarifa mínima. É possível? Qual a possibilidade que a concessionária tem ou o que a concessionária vai fazer ou pretende fazer para fazer com que as pessoas realmente façam adesão ao sistema? Porque para mim é muito mais fácil pagar a disponibilidade e não consumo do que eu aderir o sistema, porque além de aderir o sistema, vão ter que pagar mais R\$ 300,00 na compra de equipamentos. O que pode ser feito? Há alguma política que poderia ser pensada nesse sentido? Que a gente discuta isso? E sobre a questão da desse déficit, a concessionária, ela estaria à disposição, claro, se conseguirem visualizar isso e, óbvio, o Ministério Público também estará participando disso, e a concessionária estaria à disposição, ela teria disponibilidade de fazer um ajustamento de conduta, um termo de ajustamento de conduta frente a esses passivos que foram colocados lá para trás que tem diante da concessão? Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse em relação ao enquadramento, essa primeira fase foi enquadrada. Quando uma carta consulta, ela é enquadrada pelo Ministério da Cidade para investimento em saneamento, é o Ministério dando OK para que a empresa busque um banco para liberar esses investimentos. Está tá fazendo isso, trabalhando numa segunda fase em relação ao ajuste de conduta, é uma situação que precisa ser discutida, com a Agência Reguladora, assessoria jurídica da empresa. Não é uma situação que consiga afirmar e falar, por quê? Porque conhece toda a realidade do contrato desde quando assumiram a operação. Todos os ofícios enviados à Agência Reguladora e a Prefeitura, informando de todas as situações

as quais provocaram esse desequilíbrio. Então, não é justo você também penalizar, sabendo que as quatro partes durante esse período que informaram o que estava acontecendo e nada foi feito. Foi tocado um ponto que acha que cabe colocar também, a concessionária ficou de 2017 até 2025 sem reajuste tarifário pela inflação. É aquele reajuste onde o dinheiro perde valor no tempo. Dezesete salários mínimos devia custar seus R\$ 700,00 a R\$ 800,00, seis anos depois isso afeta os custos, o combustível na casa dos 60% nesse período. Isso afeta os custos, é o principal insumo para locomover a equipe para prestar um bom serviço. Energia elétrica foi a maior durante esse período. E esses reajustes represados não se avalia só a linha de investimento, se avalia a linha de custos, despesas, amortização, avalia-se a linha de receita e aquele investimento que foi realizado, ele é indexado a uma receita que tem que retornar. Então, quando fala do passado, quando a gente olha o passado e é conhecedor de todo esse período, como é que nós vamos falar um termo de ajuste? É preciso, mas acha que é o diálogo, a conversa, a boa vontade de já está mostrando desde quando chegamos aqui fazendo acontecer agora em 2025 investimos quase R\$15.000.000,00. Vai investir mais R\$ 3.000.000,00. Agora, para construir o reservatório aqui do que vai ficar aqui para abastecer o setor Serrinha de R\$400.000 litros, vão construir outro reservatório de 400.000 litros no Jardim América para reforçar ainda mais o abastecimento daquela região sul ali. No setor Jardim Cumaru, Jardim Ariane, que está no termo de compromisso. Assumi um termo de compromisso, 100% dos sistemas de reservação monitorados online. Hoje, dos 20 reservatórios há 15 pontos de medição de pressão para monitoramento online, ou seja, antes do morador saber se já haverá falta d'água, a concessionária já tá sabendo muito tempo, muito diferente de antes. E o que faz a diferença é justamente os investimentos, é um ponto positivo que o senhor Aristóteles colocou, a atualização do Plano Municipal de água e esgoto, que é a principal política pública que foi aprovada nessa casa lá em 2012, há 14 anos sem atualização. Então, precisam dessa agenda, precisam dessas conversas. O objetivo da concessionária é buscar universalização para o sistema de água e buscar a universalização para o sistema de esgoto. Fez uso da palavra a vereadora **Marisa Almeida**, disse que quando trouxe essa discussão para a Câmara, foi através de uma carta de comunicação ao usuário sobre a tarifa que foram repassadas para várias pessoas. E infelizmente a casa não está cheia hoje. Mas também, nem podemos reclamar por falta até dos nossos pares também. Perguntou sobre essa tarifa de disponibilidade, a informação que teve foi que essa cobrança seria suspendida, até novas regras fossem feitas. Chegou ao seu conhecimento que a empresa continua encaminhando notificações e mandando conta para o povo. Estão cobrando 100% da tarifa mínima de quem nem está usando a água. Onde está o documento ou a lei provando que esse é exatamente o custo para manter o cano na porta? Como chegaram a este cálculo? Hoje tem quem está ligado na rede economiza água para o mínimo, vocês querem que quem não está ligado e não usa nada, paga exatamente o mesmo valor, onde está e qual o incentivo para a pessoa se conectar se o preço vai ser o mesmo? Essas três perguntas bem objetiva, mas gostaria de dizer também para a população de Redenção que essa audiência pública ela realmente precisava pelo fato de ser nova vereadora aqui, ainda não tinha passado por uma audiência pública falando sobre esse assunto. Percebe que falar em teoria aqui é muito fácil, mas precisamos viver a prática. A população de Redenção tá cansada de tanta promessa. Sua mãe está cansada de ficar quase uma semana sem água. Sua irmã está cansada de vive esse mesmo problema. Tem crianças e mães que sofrem nos setores por falta de água. Parabenizar o Dr. Flávio por se colocar à disposição e desse a toda a população de Redenção que está à disposição para ir ao Ministério Público porque chega de Araguaia Saneamento em Redenção. Em respostas as perguntas o senhor José

Emanuel, disse que atualmente, o sistema de abastecimento de água alcança 17.000 residências, dessas apenas 3.500 estão na sua base de cadastro. Foram notificadas 5.000 residências. A estrutura tarifária, ela não foi proposta pela concessionária, ela foi proposta pelo edital de licitação. A estrutura tarifária, ela é composta de cinco categorias: residencial social, residencial comercial e industrial, e pública. Cada categoria o licitante definiu a primeira faixa de consumo de 0 a 10 m³, para a categoria residencial. Quem tá conectado consumir zero ou 10, vai pagar a tarifa mínima, que é hoje R\$ 36,60. Esses cadastros inativos e essas ligações que estavam cortadas, continuou. As ligações factíveis são a respeito a notificação da agência reguladora, aonde estão conversando e respondendo todas as informações que a agência lhes solicitou. A conexão desses factíveis aos nossos sistemas, essa cobrança por disponibilidade, mesmo não consumindo, teoricamente vão pagar o mesmo dos que estão ligados e também não estão consumindo. Tudo isso para manter o equilíbrio do contrato. Precisam pensar também que água tratada é saúde pública. Tem que pensar que perfuração de poços discriminadamente prejudica o meio ambiente. A pessoa controla o seu poço, mas não tem controle da fossa do seu vizinho. Alguns de vocês já viu uma fossa, aqui em Redenção extravazando? Para onde tá indo essa água? Alimentando os vários poços que as pessoas acham que talvez não consegue fazer essa conta de que ele poderia estar evitando um comprimido na farmácia. Talvez ele poderia tá evitando uma doença de vinculação hídrica como ecole, como outras e tantas aí que possa acometer as pessoas com menor imunidade. Estão agora tratando de saúde pública e tem que ser tratado com política pública. Sobre os bairros que faltam água, acha que as críticas são necessárias para que possam melhorar, crescer, atuar junto às equipes, do que puder fazer, mas gostaria de que a vereadora lhe passasse essas informações para buscar saber o porquê da falta de água na região que a mesma citou e assim buscar acompanhar de perto para buscar solucionar esse problema junto com sua equipe. Fez uso da palavra o vereador **Arnon Lustosa**, que cumprimentou a todos presentes, e fez algumas ponderações dizendo que a revisão a cada 4 anos coincide exatamente com a data da alteração do nome contratual da empresa. Em 2012 se chamava Odebrecht; em 2016 houve eleição, a mas já em 2017 o nome da concessionária mudou para BRK; em 2020 houve eleições a concessionária mudou o nome novamente para Araguaia Saneamento. Por que coloca o nome eleição? Porque sempre existe os argumentos para cada gestão, para cada vereador, argumentos que parecem plausíveis, argumentos que parecem ser coerentes e as gestões e o parlamento do período acredita, confia, dá o crédito e se faz uma nova dilação de prazos. Só que observando as falas, a retórica que o senhor José Emanuel usou, reconheceu os erros, defendeu um contrato, dizendo ser justo, mas também concorda, porque o contrato tá sendo muito injusto para o município de Redenção. Foi falado que a Agência Reguladora sempre esteve fiscalizando, que não é verdade. A Agência reguladora até então era só um cabide de emprego, até a regulamentação de 2025 que o Prefeito Dr. Rener colocou de fato o que a Agência Reguladora tem que fazer e fizeram a sabatina agora do senhor Aristóteles para assumir a Presidência dessa agência. Até então, a Agência Reguladora não fiscalizava absolutamente nada, não servia para nada, só para emprego. O objetivo, como o senhor José Emanuel falou, é água e esgoto, só que a parceria dessa questão de água e esgoto se faz necessária a ação conjunta como um tripé. No entanto, no início do seu mandato mandou um ofício que nunca foi respondido por essa empresa no meu primeiro ano. Fala-se da adesão ao sistema de abastecimento e logo em seguida da confiança, mas como o povo vai aderir a um contrato de rede de água no qual ela não confia, aonde a água tem um índice de cloro muito alto, não tem qualidade, o sabor de cloro é alto, as mulheres que tomam banho com essa água têm queda de cabelo, pessoas com doenças renais por conta

do excesso de cloro e os hospitais lotados nesse sentido. Logo em seguida foi falado de infraestrutura, que não quer nem discutir esse ponto porque ficou muito bem. Claro, que tá muito atrasada as infraestruturas. Gostou quando o senhor José Emanuel falou que conhece muito bem a totalidade do contrato. Significa que cada ponto do contrato o mesmo estudou, entende, que sabe o que significa absolutamente tudo. E no meio do que foi explanado também foi mencionou sobre a pandemia que aconteceu 8 anos depois do início do contrato, e durante esse período não fez absolutamente nada e quando chegou na pandemia justificou que não fez nada por causa da pandemia e por causa da guerra. Pelo que compreende, quando a vão para as questões contratuais, 16 anos, que já era para ter 85% do esgoto, nós não temos nada, só temos isso nos loteamentos federais, quando fizeram as casas populares. Também existe esgoto nos condomínios fechados e os novos loteamentos. Não temos nenhum esgoto, nenhum real de esgoto feito pela Araguaia Saneamento, BRK, Foz do Brasil ou Odebrecht. Tem uma outra coisa que é no artigo 18 do contrato, que é a taxa de intensa de retorno, que é a garantia mínima. Se a empresa não tiver tendo lucro mínimo de 1% líquido, o município é obrigado a pagar para empresa a diferença. A BRK, quando o município de Redenção tentou no ano de 2020 transferir a Agência Reguladora para ARCON, ela se recusou a assinar por diversas vezes essa transferência para o órgão fiscalizador Arcon do Estado. Não sabe se é porque uma agência mais criteriosa, porque a do município não estava funcionando, como foi falado, era um cabide de emprego e Arcon era uma mais agência técnica, e do Estado. Então, imagina que se fosse para ARCON está a frente, provavelmente esse contrato já teria tido problema. Outro problema é sobre o contrato que o município de fato não tem equilíbrio no contrato, que o município saiu perdendo feio, é quando falam sobre a encampação, que vai lá para o investimento. Se a concessionária tivesse investido milhões de reais, por exemplo, em Redenção, que não é o caso, tivesse feito uma amortização apenas do valor investido, e o município quisesse quebrar o contrato, a concessionária obrigaria o município a devolver os valores investidos. Esse é um primeiro ponto. Segundo ponto, se encerrar o contrato, a diferença do contrato que é 30 anos, que é o limite máximo permitido pela nossa legislação, se nós encerrássemos antes o contrato, o município era obrigado a ressarcir os lucros cessantes, o que a empresa deixou de ganhar durante todo o período. E além disso, ouviu também o senhor José Emanuel mencionar que vão fazer novo financiamento para fazer a cobertura e cumprir com o contrato no até o ano de 2028, sendo que na encampação fala que se eventualmente a empresa adquirir uma dívida de financiamento e o município decidir por bem encerrar o contrato, se de alguma maneira conseguirem chegar à quebra do contrato, o município ficará obrigado a antecipar a dívida e quitar o financiamento, ressarcindo todo o dinheiro para a concessionária. Nada mais ver do que esse ponto que foi falado sobre a o financiamento como a maneira de deixar o município mais refém ainda dessa empresa. Já que o município não tem condições financeiras de ressarcir tudo isso que o contrato exige para que possam substituir a empresa ou pegar a administração para o município de volta. Então, ver também aqui que o senhor José Emanuel falou sobre a questão do reajuste, por que teve mudanças nos valores de salário, gasolina, energia. Mas será que tudo isso aumentou e comeu 100% do valor que deveria ser investido? Não acha essa justificativa plausível, ainda mais quando se fala sobre autonomia financeira, que o município jamais faria contrato com uma empresa que não tivesse condições financeiras de administrar a água de Redenção, porque um dos requisitos é a capacidade técnica e financeira para gerir a água. Como empresa, como a Odebrecht, que era uma multinacional, não teria capacidade financeira de cumprir com os investimentos de acordo com o que está disposto no contrato? Se fosse assim, pediria para a empresa abrir amanhã o CNPJ, pegar a água e falar que não dá conta de fazer e

empurrando com a barriga. E aí, fazendo uma conta simples de padaria, que o senhor José Emanuel falou aqui que tem R\$11.900 cadastros ativos que se for pegar uma média, claro que tem uns que pagam mais, outros pagam menos, pegou uma média de R\$ 100,00 vezes 11.900, só isso faria o valor de R\$ 1.190.000,00 mensais. Imanar que 60% disso é custo operacional, faria o valor de pouco mais de 700.000,00, sobrando ainda líquido o valor R\$ 490.000,00 mensais, que multiplicado por 12 daria R\$ 5.880.000,00 por ano. E cadê esse dinheiro que não foi investido na infraestrutura de esgoto, na infraestrutura de água? Então, quando falam de diálogo, é muito bonito. Também gosta de dialogar, gosta de conversar, respeita muito o Presidente desta empresa e todas as pessoas que ali prestam serviço. Só que como representante do povo tem que entender que esse diálogo aconteceu diversas vezes, mas sem resultados práticos, apenas conversas floridas, adiamentos, suspensão de prazos e na prática não teve resultado algum. Aproveitou a presença do Presidente da OAB e Presidente da Agência Reguladora, também o representante do PROCON, que a questão de financiamento é muito sério. Precisam ver de perto a legalidade, porque se a concessionária pegar mais uma vez o financiamento, pelo que viu, pelo que acompanhou no contrato, o município não vai conseguir mais quebrar esse contrato de maneira nenhuma, não vai conseguir substituir a empresa. Então isso é meio que uma válvula de escape para que a empresa Araguaia Saneamento não entregue a concessão para outra empresa que tem a capacidade técnica para gerir tudo isso. Como bem foi dito, a empresa continua com o mesmo CNPJ, os mesmos donos. Mas agora quer saber do senhor José Emanuel, sem pegar o financiamento, que eu acho que não há necessidade, que é o lucro aí de R\$ 800.000,00, e acha que pode ser mais, conseguiria fazer esse investimento total sem pegar empréstimo, e assim, não colocar mais uma vez a faca no pescoço do município de Redenção? Isso é mais, excelência. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que quando citou a pandemia e a guerra, foi como um exemplo de que não tem como prever o que vai acontecer no futuro, mas não afirmo que foi isso que impediu os investimentos da empresa no município. Por quê? Porque são coisas que não conseguem prever quando está projetando. Não consegue prever se vai ter um fator no contrato de concessão que vai alterar a taxa interna de retorno do projeto. Então essa questão da pandemia e da guerra foi fatores atípicos, que é coisa que não conseguem prever mesmo em qualquer projeto que você vai fazer de longo prazo. Em relação à receita, ela não só paga custo e despesa, a receita paga a amortização dos investimentos que foram realizados e que serão realizados. Todo projeto de infraestrutura de saneamento básico, todos os recursos são recursos financiáveis para que possam fazer os investimentos necessários. A tarifa tem por obrigação amortizar todo esse investimento ao longo do projeto de 30 anos. Então, um contrato equilibrado é um contrato que fatura a receita que foi projetada, segue em linha os custos e despesas que foram projetados e executa em linha os investimentos também que foram projetados. Esse fluxo é definido do ano um ao ano trinta do contrato e dessas três linhas chega nessa taxa de retorno que cita o contrato que aqui de Redenção a taxa é de 8,087. Se no decorrer desse período essa taxa cair, demonstra que o contrato está desequilibrado, quando cai custo, quando cai receita. Isso acaba prejudicando a questão dos investimentos. Fez uso da palavra o vereador **William Agricultura**, que cumprimentou a todos presentes, e disse que passa sobre a mente de muitos as cobranças de taxa de disponibilidade de água, e os vereadores passam por intermédio da inércia do serviço prestado pela Araguaia Saneamentos. Quando ouve tem ainda o mesmo CNPJ, fica muito triste porque a cada 4 anos, como foi dito pelo vereador Arnon Lustosa, há uma mudança e passou por várias nomenclaturas estruturais, vários nomes, a em cada mudança gera uma esperança na população no sentido de melhoria. Quando o senhor José Emanuel falou das fossas

indevidas, da qualidade da água dos poços indevidos, isso corrobora com a insatisfação popular devido a inércia do saneamento que a empresa deixou de prestar. Se existe tantas forças feitas de forma inadequada, é porque a empresa não fez a parte que é de competência dela, de um processo que ela ganhou por 30 anos. Enquanto parlamentar e na qualidade de representante da sociedade, fica muito feliz porque tem a oportunidade hoje de cobrar. Observa que a lei do marco legal de saneamento básico, ela dá amparo para se cobrar essa taxa de disponibilidade, que é o problema maior. Observa que também tem a disponibilidade compulsória de cobrança, mas também tem as obrigações da empresa. Quando se identifica na empresa uma inércia na prestação de serviço no tocante saneamento, observa a possibilidade de não cobrança dessa taxa. Pensa que a empresa vai fazer um mapeamento para identificar onde tem saneamento dentro do município de Redenção, e passar a cobrar só dos bairros que tem e o saneamento devido ou tem que se observar aí a quebrar o contrato, devido o não cumprimento do mesmo. Fazendo um breve estudo, observou que essa cobrança de taxa de disponibilidade, ela tem surtido efeito negativo em vários Estados. Sabe que é algo que acontece no âmbito nacional, mas já tem movimentos contrários. Que conclamar a todos os deputados estaduais e deputados federais, para que possam fazer um movimento no sentido de mudar essa lei, para que não utilizar dessa água não seja necessário pagar taxa de disponibilidade. Ora, como podem querer pagar por algo que não utilizam? Essa é a reivindicação popular que citou até aqui. Daqui a pouco vai passar um vendendo ambulante na sua rua e vai ser obrigado a pagar por um produto que não comprou, só pelo simples fato desse vendedor ter passando em sua rua. Isso não tem condições de ser aceito. E assim como está fazendo com a concessionária Equatorial, levando protocolos e protocolando junto a ANEL, também pretende fazer o movimento coletivo dos parlamentares, fazer ofícios e encaminhar ao Ministério Público, a OAB, fazer um levantamento geral da situação como se encontra no município de Redenção e protocolar algo lá na ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento, mostrando a inércia do serviço prestado e a ineficiência desta empresa Araguaia Saneamentos. Falou-se de quatro em quatro anos tem que se fazer uma nova metodologia, uma reavaliação do contrato. Ora, quando que irão investir e apostar numa empresa que não está dando resultado? Primeiro se investe, depois se busca o retorno. Não está vendo investimentos. O que a gente observa por parte da Araguaia Saneamento é que ela quer ter logo o retorno e não quer ter o investimento, né? Sobre o pretexto de que aconteceu catástrofe, e diante disso quem está sendo lesado é o povo de Redenção e estão aqui para representar esse povo. Não acho justo, sendo que fazendo uma conta básica, proposta de 26% anual de melhoria, daqui para frente entende que dará para melhorar mensalmente 2,16%. Talvez seria importante essa empresa, no andar da carruagem, passarem a fazer uma avaliação bimestral se verdadeiramente esses 2,16% estão sendo aplicados de melhoria no município. De maneira que a cada dois meses tenham uma resposta para que possam saber se verdadeiramente a empresa vai fazer o que tá se propondo ou vai passar mais 4 anos e esperar a próxima legislatura para fazer um novo acordo. Aqui fala em nome do seu Cláudio lá da empresa Elos, ele é uma das pessoas que se sente lesada por essa taxa. Teve observando o Estado de Minas Gerais, o Estado do Amazonas, Sergipe, Pará, vários Estados estão com movimentações no sentido de abolir ou restringir ou ver uma forma de sanar essa questão dessa taxa, porque ela fere alguns princípios e precisam ver a legalidade para isso. Estar aqui para que haja um trabalho à altura do que a população precisa, dos menos favorecidos. Então, perguntou ao senhor José Emanuel qual a perspectiva dessa empresa no âmbito de verdadeiramente prestar o serviço que está proposto? Outra situação, falou-se aqui sobre a ineficiência de má qualidade da água dos poços. Qual a metodologia está sendo aplicada para avaliar a

água que tá saindo na torneira dos municipais de Redenção? O que lhe garante se essa água é na qualidade que verdadeiramente precisam e esperam? Caso uma avaliação dessa água não esteja à altura dos critérios nacionais de qualidade de água, a Araguaia Saneamento irá responder judicialmente pela má qualidade da água? Responderá pelas pessoas que foram acometidas por patógeno, devido a má qualidade da água sendo contestada ou sendo avaliada ou sendo comprovada. Araguaia tem um plano de mapeamento para que possa separar quem tem o saneamento, quem não tem, para que essa taxa seja cobrada só para quem tem o esgoto, até porque quem não tem o esgoto não está apto e o serviço tá ineficiente para ser cobrado. E aqui a lei diz que para ser cobrada a taxa tem que estar devidamente legal no âmbito da prestação de serviço. E aqui já foi comprovada que há uma inércia da prestação de serviço, logo a prerrogativa legal para que seja abolida essa taxa. Então assim, a OAB já está à disposição para que haja via judicial, e também se colocou à disposição. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que a água tem qualidade e é uma exigência do Ministério da Saúde manter no mínimo 0,2 ppm de cloro no ponto mais distante da rede, e o limite máximo de 5 ppm. Operam com 1.5 ou 1.8 ppm se a rede for muito comprida, e isso garante a qualidade da água. E o cloro é usado para fazer desinfecção, matar todos os microrganismos que possa fazer mal à saúde. Em relação a empresa, ela é a mesma estrutura, o mesmo CNPJ, do ponto de vista fiscal ela não mudou nada. Do ponto de vista de obrigação contratual também não houve alteração. Esse contrato não sofreu sequer um aditivo contratual. O que houve foi alteração do controlador da empresa, as obrigações continuam as mesmas. Sobre a mudança de nome em quatro e quatro anos é uma coincidência. Sobre o mapeamento de redes, toda a base de redes hoje da Araguaia Saneamento é georreferenciada. Essa base toda consegue saber quais são os bairros que tem redes, e qual a amplitude dessa rede dentro dos bairros, com todas as ligações cadastradas também são georreferenciadas. Consegue enxergar todas elas em todos os bairros, consegue enxergar qual bairro tem mais ligação, qual bairro tem menos ligação, mais factível, menos factível. É um trabalho que tá sendo realizado através do recadastro, por isso estão catalogando tudo, por isso é super importante para essa conversa com a agência reguladora. Quanto ao benefício, acha que deixou sem anotar plano de abrangência, não sebe se entendeu, mas o plano de abrangência é o plano que a abranger toda aquela ou parte dos loteamentos que não foram atendidos ou que não são atendidos. Essa parte que não estão atendidas com redes, elas estão entrando nesse segundo momento na linha da universalização. Hoje, como obrigação contratual, tem o bairro Marechal Rondon, tem o setor, o setor Bueno, e alguns outros bairros mais periféricos e algumas malhas de redes bem pequenas, em alguns bairros da região central aqui, como o setor Oeste, aqui na região prédio Castanheiras, não tem redes de abastecimento, que faz um percentual de 20 a 24% aproximadamente, área que é preciso ser implantada. Isso já está mapeado. Fez uso da palavra o senhor **Raimundinho Chaves**, que cumprimentou a todos presentes e disse que fica hoje alegre por estar representando o seu povo do setor Jardim Primavera, onde estar como presidente. Ficou triste por estar vendo poucos vereadores presentes nesta importante audiência pública, mas parabenizou os que estão honrando o seu mandato se fazendo presente, por que nessa hora não é para existir oposição. Também sentiu falta da presença do prefeito municipal, que poderia estar aqui para falar a favor da população e assim levantar campanhas políticas que obrigue essa empresa a prestar um bom serviço dentro da nossa cidade. Não acredito que os outros vereadores que foram eleitos pelo povo que não está aqui apresente por estarem doentes. A pergunta que fez foi: Porque lá no meu setor tá acontecendo dessa forma, a água tá cortada, mesmo assim está vindo talão de cobrança, trocou o relógio de medição e a caixa

d'água mesmo cheia, o relógio ainda funciona? E deseja saber dos vereadores, qual é a dificuldade que tem de quebrar o contrato com essa empresa ou melhorar os serviços? Porque tem que dar uma resposta para a população, que é isso que esperam. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que já forma substituídos os medidores. Tem medidores com mais de 10 anos, mais de 11 anos sem fazer essa substituição, e esses medidores têm uma vida útil, por isso precisam substituí-los. Quando é feito o corte da água a cobrança continua sendo feita por que essas pessoas são dá base, e cobram apenas a taxa mínima mesmo depois de cortado o fornecimento de água. Fez uso da palavra o senhor **Pedro Tindô**, disse que quando ocorreu o escândalo da Lava-Chato envolvendo a empresa Odebrech, que deveria ter acontecido na nossa cidade na época, o gestor municipal e a Câmara de Vereadores tinha que ter acabado com esse contrato com essa empresa irresponsável que faz parte de uma quadrilha de safados roubam essa nação brasileira e vieram parar em Redenção, quando o ex-prefeito Wagner Fontes que está respondendo processo que acredita tranquilamente, baseado em uma audiência que teve na Justiça Federal dia 4 de fevereiro, a qual estive presente como testemunha de acusação. Acredita tranquilamente, de acordo com a fala do advogado de defesa do réu Wagner de Oliveira Fontes, ex-prefeito, que ouviu da boca do mesmo que talvez não vai comemorar o Natal deste ano em liberdade, porque o furo é muito grande. Começou com esse contrato mal feito, fraudulento, que pegou propina inclusive para bancar a reeleição dele. Isso aqui é uma fala pública e respondo em juiz se lhe acionar no Ministério Público. Isso é uma vergonha. E o poder legislativo, que é o órgão fiscalizador, parabéns aos vereadores que estão aqui. E perguntou a o Presidente desta empresa aonde fica a estação de tratamento de água na nossa cidade? Porque por onde tem andado em outros municípios existe a estação de tratamento de água, mas em Redenção não sabe aonde fica. Estão colocando apenas cloro na água? Quer saber também sobre o faturamento dessa empresa durante esses 14 anos, não deu para honrar o compromisso de investimento? de acordo que ouviu o advogado representando da OAB Redenção, isso aí é engodo. Inclusive, gostaria de chamar a atenção dos senhores populares e dos vereadores que representam o povo, vamos dizer, não a essa empresa que é apelidada de Araguaia, mas continua com o mesmo vício da Odebrecht quando saqueou os cofres públicos junto com a quadrilha do passado de governo aí que todos sabem, e que dispensa comentários, que continua o ciclo vicioso maltratando a população, está achando baseado em quê? O povo é soberano, vamos agir todo mundo e dizer não. O vereador que se omitir é problema dele, as eleições de 2028 vem aí. Precisam se unir. Até o escritório desta empresa é situado em uma área pública de Redenção, tinha até uma torre lá, é área pública. Forma mais de 300 prestações pagas para a Caixa Econômica no passado. Acha que tem alguém aqui que lembra quanto foi pago nessa questão da água. Aí fizeram uma maracutaia, um rolo de Nardia, agora tá aí enforcando o povo. Essa empresa irresponsável não merece o nosso respeito e a nem a presença deste povo aqui e nem dos senhores vereadores, recepcionar os irresponsáveis. Agora vem aqui ficar usando a tribuna, o microfone para mentir, querendo engolir o povo com palavras. Fica indignado e espera a resposta de aonde fica estação de água tratamento de água. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, que agradeceu a pergunta feita pelo senhor Pedro Tindô, e disse que 100% da água fornecida no município é oriunda de poços tubulares profundos. São águas que estão abaixo da rocha ou em fraturas protegidas que quando captadas através de bomba, recebe uma dosagem de cloro por estarem com características de cor, turbidez, e outros parâmetros. Dentro do padrão de potabilidade, uma estação de tratamento de água, ela só é utilizada e aí fazem a simples desinfecção, mas uma estação de tratamento de água, ela é utilizada para captação de rios, onde você tem uma cor da água que ela

oscila muito, onde você tem que tratar aquela água e aplicar vários outros produtos químicos e não só o cloro. Você tem que aplicar sulfá de alumínio para poder fazer a coagulação e decantação ou até mais produtos como carvão ativado. Quanto ao faturamento ao longo do período, se não deu para fazer, é uma situação que vai ser discutida com a Agência Reguladora. Isso após a atualização do plano municipal de esgoto. São informações técnicas, são informações que já foram discutidas anteriormente, no passado, que será discutido no âmbito da regulação. Com certeza a Agência Reguladora dará publicidade a toda informação e toda e todo esse estudo que será realizado. Fez uso da palavra o senhor **Jackson Mesquita de Moraes**, cumprimentou a todos presentes perguntou ao presidente empresa Araguaia Saneamento, que essa empresa tem feito as arrecadações de forma continuamente, e pessoas vem sendo cobradas, inclusive sem ter acesso à água. Um empresário e aprendeu desde cedo que todo investimento feito tem um tempo determinado para ser quitar. E aprenderam aqui com o senhor José Emanuel que a Araguaia tem 14 anos, mas investimentos no Brasil são de 5 anos no máximo, por mais caro que seja comparado ao juro, ao PIB do país, é no máximo 5 anos. Então o mesmo quer dizer que em 14 anos não foi o suficiente para o senhor obter essa quitação desses investimentos. Olhando para o fato que não houve atualizações de tubulações, a exemplo de sua rua, setor Serrinha, não viu trocas de tubulações. Os poços são poços muito antigo. Não viu estação de tratamento de água. E gostaria de saber para onde estar indo esse dinheiro arrecadado, sendo que só vem aumentando ao logo do tempo, sendo que a pessoa não usa a taxa mínima de 10 mil litros de água por mês, e valor seria de até R\$ 30,00 mensal, e tem pessoas que pagam taxa mínima de R\$ 90,00. Isso é uma fraude? Baseado em quê essas cobranças indevidas? Percebe que precisam jogar para o lado de quebrar contrato. Olhando a altura que esta empresa está hoje, será que o município vai quebrar esse contrato? Pela lógica, a pessoa que quebra um contrato, ele tem a obrigação de pagar 40% em cima do contrato que é feito os investimentos. E pela empresa não cumprir aquilo que é a obrigação, pela lógica, já tá quebrado o contrato. Não tem como sustentar uma empresa, sendo que não têm interesse de solucionar o problema da população pela qual foi contratada a fazer. já foram 14 anos, não foi o suficiente para essa empresa fazer aquilo que foi firmado em contrato resolver em 4 anos. Não tem lógica isso. Eles disseram que vão pegar dinheiro do BNDS, mas o município tem crédito o suficiente para pegar dinheiro no banco e fazer os investimentos. Então, para que essa empresa está servindo para o nosso município? Esa empresa tem condições de ressarcir no mínimo 40% pela a quebra de contrato que já fizeram com o município de Redenção? Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que o contrato é 30 anos. Todos os investimentos realizados, eles serão amortizados em 30 anos de contrato. Mas num contrato de concessão, esse investimento ele é amortizado no período de 30 anos. Quanto a tarifa mínima, a estrutura tarifária, ela é composta por categorias: A categoria residencial normal, a faixa mínima, a pessoa consumindo 0 m³ ou 10 m³, é cobrado o valor de R\$ 36,60; A categoria comercial que consumindo 0 m³ ou 10 m³, é cobrado R\$ 99,64; a faixa de consumo, ela depende por categoria, e cada categoria tem um valor mínimo diferente. A outra categoria e a residência social é outra e a categoria industrial, por isso que são diferentes os valores cobrados. Fez uso da palavra o senhor **João Batista Gomes**, que perguntou ao senhor José Emanuel o porquê que sua água foi cancelada há 6 anos. Foi lá e cancelou, e mudei da casa e ainda hoje lhe cobram. Será que tem que ir lá pedir para tirar o cano da porta da sua casa para não lhe cobrar mais? Porque estão cobrando, e talvez seja porque o cano passa na frente de sua casa. Na época que pediu para cancelar essa água foi devido a péssima qualidade da água oferecida, e muitas vezes ainda faltava, não tinha como usar para lavar nada. E falou: "Não, não tem como, vamos

cancelar água". Cancelou, mas lhe cobraram ainda preços absurdos e já foi lá, teve que pagar para cancelar e até hoje vem cobrança dessa água. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse essa é a recuperação de base que já foi citada em seu pronunciamento. Todo investimento na base atual que alcança uma área de 76% da área urbana, ela não diferencia aquele que tá conectado daquele que não está conectado, mas todos receberam esse benefício, todos receberam esse investimento. Então essa recuperação que está traçando, trilhando, é justamente para garantir essa cobrança da taxa mínima, pela disponibilidade do serviço que foi colocado para cada usuário, para cada morador. Lembrando que não é ligação factível, mas alguém que em algum momento se conectou a rede de abastecimento e por algum momento deixou e sua ligação ficou cortada ou inativa. O Presidente disse que é para todos ficarem tranquilos, que isso aqui não será um trabalho em vão, isso aqui vai ter resultado, porque logo após essa audiência pública, irão se reunir como comissão, e oficiar o Presidente da OAB, o presidente da agência reguladora, convidar também a empresa Araguaia Saneamento para emitir um relatório e tentar chegar no acordo para que a população não pague uma dívida que não é dela. Fez uso da palavra o senhor **Cicero Adriano Nascimento**, disse que na sua casa esta empresa está lhe cobrando pelo ar que passa pelos canos, portanto acha que esses novos registros deveriam e ruam nova tecnologia que não permitisse a não cobrança do ar que passa pelos canos? Sabe disso porque já viu nas redes sociais e também viu quando o cara estava instalando também, ou seja, estão pagando pela água e pelo ar, certo? Entrou em contato com a central de atendimento dessa empresa pelo WhatsApp, e lhe disseram que usou mais de 10.000 litros de água em um mês, porém, se for contar as vezes que encheu a caixa d'água, não foi esse tanto, não foi 10 caixas no mês, não foi. Portanto, gostaria de saber como deve fazer para se ter mais eficácia no relógio de água. Ressaltou que no iniciou o nome dessa empresa era a Odebrech, passou a ser BRK e hoje chama-se Araguaia Saneamento, mas hoje ficou sabendo que continua sendo a mesma empresa todo o tempo e só mudou o nome, isso parece mais enganação, como se estivessem queimados devidos a fama ruim na época da lava jato, e resolveram apenas mudar o nome para enganar o povo e dizer que era outra empresa que estava a frente, mas todo tempo era a mesma empresa. Reclamou sobre a demora para se religar a água que foi cortada, por que tem um vizinho que esperou uma semana para receber esse atendimento, e quer saber o tempo para se fazer uma religação da água depois que corta? Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse quanto ao ar na tubulação, há situações que fica quando o ar sai é porque a tubulação tá enchendo, isso provocado por um vazamento, uma despressurização. Da mesma forma é quando esvazia o ar entra para dentro da rede, mas isso é uma questão da intermitência que acaba, acontece raramente. Ressaltou que quando a água retorna o efeito é contrário no relógio, apesar que em algum momento você possa ter visto o ar saindo, tá girando sim, mas quando retorna ele também pode voltar girando o inverso. Em situações críticas, onde você tem pressões em alturas manométricas ou pressões altas, que quando volta com muita força, é caso que pode ser avaliado, pode ser solicitada uma vistoria e ser avaliada a situação apontada. Eliminadores de ar em hidrômetro, em kit cavaletes, eles não são permitidos. Por quê? Porque ali ele é um ponto de contaminação da água, porque coloca a água em contato com ar e ali pode entrar insetos, colocar larvas e provocar problema na qualidade da água. Então, eliminadores de ar não são permitidos. Quanto ao tempo de corte e a religação no cavalete normal, ela é dois dias. A religação do cavalete urgente é 6 horas, só que são situações diferentes. Porque é urgente, para tudo que está fazendo, vão lá religar a água. Só que o preço é maior. Qualquer pessoa da equipe onde tiver vai fazer isso. A religação normal, ela entra numa fila e será atendida a partir do momento que a sua vez chegar. Fez uso da palavra o

senhor **Francisco dos Santos**, disse que o cano de água passa na sua rua, mas poucos quer se conectar a rede de abastecimento de água devido a má qualidade da água, o atendimento não é suficiente e a água não chega pura nas casas. Mora à 50m do escritório dessa empresa e a água tem muito cloro mesmo. E agora está pagando esgoto sem mesmo usar por que não existe, mas está pagando. Portanto está muito indignado com essa empresa que cobra por serviços que não estão usando. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que a presença do cloro garante a qualidade, mas pode fazer uma vistoria para medir e ver se está dentro do parâmetro, que é de 0.5 e 1. Aquela percepção baixa do cloro, ela é muito boa, porque vai perceber que ele realmente tem a presença do desinfectante que vai eliminar esses microrganismos. Agora, talvez na residência como foi citado, a percepção do cloro pode estar alta, mas podem verificar. Portanto, se propôs a pegar o contato consumir reclamante para verificar isso em loco. Já em relação ao reservatório muito próximo, talvez possa não dar tempo de misturar com mais água os produtos e isso intensificar as reações dos produtos e lá na ponta da rede de abastecimento chegar com o gosto muito menor. Fez uso da palavra o senhor **Gaspar dos Santos**, disse que água não está usando, e cadê o esgoto? Disse que não está sendo gasto energia para jogar água em sua casa. e só tem fossa por que não tem rede de esgoto em sua porta. Ressaltou que não é barato fazer uma fossa e se tivesse rede de esgoto não teria gasto dinheiro com fossa. E acha que essa empresa deveria repor o dinheiro das fossas já que querem que se conectem. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse a energia, ela é extremamente necessária. Porque quando buscam a água a 120m, 180m abaixo do solo, é a força de uma bomba que manda essa água para um reservatório. Do reservatório, aí sim vai por gravidade para as residências, mas lá no início foi necessário energia. Quando oscila uma fase ou cai uma fase da rede, a bomba desliga ou até mesmo queima. Nesse momento uma equipe de reparo, retira um tempo resolver esse problema. Quanto ao esgoto, esse assunto acabou debatendo aqui mais cedo. É um assunto que tá em discussão, é um plano municipal de quase 14 anos sem revisão, que está agora entrando na revisão, e fora outras situações que levaram com que esses investimentos que estavam previstos não fossem realizados. Não pode pegar apenas uma variável isolada do todo, e aquilo que realmente seja o fator principal que ocasionou ou provocou algum problema que não se chegou a ampliar o sistema de tratamento de coleta de esgoto. Fez uso da palavra o senhor **Lucas Costa** – Presidente do PROCON do município de Redenção, que cumprimentou a todos presentes e disse que é muito importante esse debate e sentiu falta de mais populares nesse momento. Está à frente desse órgão e muitas pessoas o têm procurado no PROCON, registrado as suas reclamações e tem notificado muitas das vezes até resolvido. Só que há um problema, a falta de eficiência por parte da Araguaia Saneamento na prestação de serviço, como foi citado por um senhor que essa empresa está cobrando taxa de esgoto, mas esse serviço não existe por que não há rede de esgoto sendo ofertado. Esse morador não é obrigado a pagar por algo que não tem que é o esgoto. Então, o que esse morador tem que fazer? Ele tem que procurar o PROCON, registrar a sua denúncia. Irão até a empresa Araguaia Saneamentos, e essa taxa será retirada e dependendo até devolução de valores. Propôs que pudessem fazer uma linha direta. Alguns Procons já praticam isso nas outras cidades, como Belém, Marabá, Parauapebas, uma linha direta com o funcionário da Araguaia Saneamentos dentro do PROCON para o consumidor poder estar registrando ali suas ocorrências junto ao PROCON e assim fazerem a fiscalização para que haja uma celeridade no serviço, uma ineficiência muito grande por parte da Araguaia. É quanto a questão da quebra de contrato será um serviço bem oneroso e bem demorado. Então, que seja rápido as linhas diretas, um servidor da referida empresa dentro do PROCON e esse

servidor registrará as ocorrências e logo registrará a orago fiscalizador, assim terão um atendimento bem mais acelerado. Acredita que a maioria das reclamações aqui apresentadas serão sanadas, e políticas públicas é isso. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, que perguntou se está sendo cobrado esgoto aonde não tem rede de esgoto, é isso? Isso é uma situação que precisa checar, porque se não tem rede de esgoto, a taxa de esgoto ou tarifa de esgoto, só se vê alguma coisa errada, isso é cabível de correção, sem dúvida nenhuma. O que muito tem acontecido nos setores Jardim Primavera e Jardim Ipiranga é que a pessoa tem o poço e não quer pagar o esgoto, mas usa o esgoto, e achei que fosse uma situação similar, mas não. Mas é um caso que a pode checar sim. Fez uso da palavra o senhor **Eduardo**, representando o Blog do Edu, que primeiramente parabenizar a comissão por ter ouvido as reivindicações dos populares. Como imprensa já havia cobrado essa audiência a noite para que pudesse dá oportunidade para a população ser ouvida. Mas em contramão disso, deveria ter sido falado para quem estava aqui mais cedo que eles teriam vez de fala. Acompanhei o início de outras audiências e logo alguém vem recolhe o nome das pessoas que irão fazer uso da fala e isso faz com que a pessoa fique meio que amarrada ali sabendo que ela vai falar. Então, tiveram, infelizmente, o cadeirante que saiu querendo falar e não falou. Mas é louvável a audiência ter acontecido à noite. Isso é uma briga que já vem acontecendo há muito tempo para que algumas sessões também ocorram à noite. Parabenizou o senhor Aristóteles por estar à frente da Agência Reguladora e que foi uma ótima escolha do prefeito municipal. E perguntou ao mesmo, por que ficou sabendo que a UFT, provavelmente viria a Redenção para fazer um plano. A sua pergunta é: por a UFT novamente, sendo que toda vez que tem um plano para alguma coisa na cidade é UFT. Mas será que não tem ninguém no nosso Estado, na nossa cidade, na nossa região capaz de executar um plano, seja agora de saneamento, por exemplo, tivemos o Plano Mob na gestão passada, várias reuniões, consulta pública, audiências públicas, mas cadê o Plano Mob em execução depois do plano feito, cadê o Plano Mob em execução? Não tem alguma lei baseada no Plan Mob? Algum vereador já leu o Plan Mob? Sabe o que é Plan Mob? Então, a sua indignação é que o gasto de dinheiro público fazendo estudos, fazendo análises, fazendo tudo e na hora de executar nada acontece. Porque a UFT? Não tem ninguém capaz, em nossa região ou no Estado para fazer este estudo? um plano de saneamento e depois de feito, executar de verdade? Sobre o plano mob, que é o plano de mobilização de trânsito, estão com o trânsito caótico, foi feito há tantos anos e nada. Se direcionou a empresa a Araguaia Saneamento, disse que como imprensa recebe muitas reclamações a respeito da falta de água, já conversei com o senhor José Emanuel, mas quer lembrar o ano passado, se não engana, ano passado teve uma cobrança de 39% dividindo duas vezes que veio no talão das pessoas. E fez matéria sobre isso e parece que foi feito um acordo da prefeitura porque tinha sido deixado de cobrar lá atrás por alguns anos essa taxa, um reajuste que teria que acontecer anualmente. A sua pergunta é: passou nessa Câmara essa autorização para cobrar um reajuste retroativo? Talvez o Presidente do PROCON pode informar melhor sobre cobrar taxas retroativas não é permitido. Então, como que isso aconteceu? E foi para conta do contribuinte. Mais uma vez o contribuinte pagando e não tem o benefício. Falar que falta água todo mundo já falou. Falar que a água tem cloro todo mundo já falou. Mas é um questionamento seu sobre aqueles 39% do ano passado, o que aconteceu? E a taxa de disponibilidade, o nome é taxa de disponibilidade, tarifa, imposto de disponibilidade. E se não tiver disponível, por exemplo, tem pago por 30 dias uma taxa de disponibilidade, ela tem que estar disponível. E se ela não estiver disponível, se faltar água em dois dias e teve água disponível apenas 28 dias do mês quem calcula o dia que ela não esteve disponível se for uma taxa de disponibilidade? Porque o nome que foi falado várias vezes é

disponibilidade. Quando é disponibilidade quer dizer que ela está ali pronta para me atender. Mas no dia que ela não tá pronta para lhe atender? Quando falta a água? A tubulação tá lá, tudo certinho, mas a água não existe dentro da tubulação. Então, quer dizer, ela tá indisponível? O Relator da Comissão, vereador **JB Maninho**, esclareceu que no início da audiência foi feito a leitura do rito de como iria acontecer e foi citado que a população teria sim um tempo para se pronunciar sobre o assunto, mas que seria no final. Viu ali pessoas saindo, mas é porque aqui hoje é uma audiência que nunca teve nesta Câmara, uma audiência complexa, com tempo aí com mais de 2 horas de duração. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse teve a oportunidade de interagir respondendo as demandas que o Edu recebeu da população. Sobre a disponibilidade, o sistema de fornecimento de água uma hora pode falhar, tubo pode quebrar, um morador vai fazer a fossa em cima do tubo e vai deixar pessoas sem água. E exige de um tempo para recuperar o que foi quebrado. Não consegue garantir 100% em 365 dias do ano. Há material que falha, há equipamento que falha, há dia que falta, e ainda há o morador, que tem obras, ou seja, há uma grande interação. Ano passado, uma das primeiras agendas a COMIL lhe exigiu: "Quero um plano de contingência". Então elaboraram o plano de contingência justamente para garantir que no pior no período mais seco mais seco do ano a população tivesse resguardado. Agora tem esse plano de contingência para seguir em relação à tarifa, como falou também, estavam desde 2017, IPCA, inflação, um percentual que impacta a operação, que impacta o dia a dia, que impacta os custos, que impacta o período contratos de pessoas, em 2024 trocaram toda a frota de veículos, e ainda aumentaram a frota para ter mais agilidade na prestação do serviço, devido a inflação, o aumento da tarifa é algo natural. Em respostas as perguntas o senhor **Aristóteles**, que agradeceu ao jornalista Edu pela pergunta e disse que a questão da UFT, ela tem todos os produtos que tem entregue, ela tem entregue com os produtos com as características, com rigor técnico, com imparcialidade, com inovações. Fizeram o plano de gestão de resíduo sólido também com a UFT e tiveram várias inovações, só que esses planos normalmente um lapso temporal de 20 anos para ser executado e tem as metas de curto, médio e longo prazo. Como são planos muito recentes, às vezes não sente diretamente a materialidade disso, mas porque tem que um planejamento. Então, tem que organizar toda a base para entregar resultado. A questão do plano de saneamento é do mesmo jeito, ele exige um rigor técnico, uma imparcialidade e soluções técnicas, soluções inovadoras que fogem um pouco da realidade comum que se observa. Perguntam assim: "Ah, aqui na região não tem, no Pará não tem um instituto que presta esse tipo de serviço?" Mas já tiveram experiência lá do plano diretor e veio mais três planos que foi o plano de mobilidade, o plano de resíduo sólido e agora também o de saneamento básico. Um dos pontos que sempre atrai muito é a questão do custo, porque a universidade, uma instituição de ensino superior, ela não visa fins lucrativos, então ela não ela vem como projeto de extensão. Ela traz pesquisadores, traz professores, traz alunos para desenvolver como um projeto de extensão. Então aí é que mora um dos grandes pontos, o custo é menor. Então o nosso plano diretor lá em 2005 foi pago milhões. Mas no contexto da instituição de ensino superior, é muito mais barato. Então, são esses os motivos que lhe fez convidar a UFT para estar à frente desse projeto e acredita que a UFT vai conseguir mais uma vez entregar um plano técnico imparcial e com soluções inovadoras para nós resolvermos o nosso problema aqui de Redenção. Agora, o Relator **JB Maninho**, formulou as perguntas feitas através dos canais oficiais da Câmara Municipal: A primeira pergunta é do senhor **Raimundo Pereira**, do setor Serrinha, "Que mesmo que não tenha instalado o hidrômetro na minha residência, eu vou ter que pagar essa taxa?". Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que se ele for de uma ligação factível, é um assunto que tá sendo tratado com a Agência Reguladora, mas a

partir do momento que a agência informar será uma obrigação à conexão, a lei obrigará essa conexão, mas os factíveis não estão sendo cobrados no momento. No entanto, se for alguém que já foi cliente ou a ligação foi cortada as taxas continuarão sendo cobradas, isso com objetivo de terem condições de manutenção do sistema. Outra pergunta, agora do senhor **Emerson Vieira**, morador do setor Vila Maria, ele diz que a Lei Federal de n. 11.445/2007 permite cobrar disponibilidade, mas não obriga o consumidor a manter o contrato ativo contra a própria vontade. Mas a Araguaia Saneamento não permite o desligamento definitivo de acordo com essa norma e não atende a solicitação de baixar a matrícula vinculada ao imóvel e afirmam que não faz isso, que não faz esse ponto. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que a lei obriga a conexão na rede de distribuição hídrica, só não entendeu porque depois que a pessoa se conectou, ele pede para se desconectar. Sendo que a própria lei diz que a pessoa tem que se conectar, portanto, ela precisa se manter conectada. Somente em casos de não se ter mais um morador na casa que essa taxa não será cobrada, mas no momento que houver morador a taxa volta a ser ativada novamente. A próxima pergunta foi da senhora Simone Cruz, do setor Campos Alto, ela gostaria de saber por que tanta falta de pressão da água, em frente onde mora há um posto de saúde e é muito raro a água chegar, sempre há interrupção. Essa pessoa informou que já passou três semanas sem água. E porque cobram sendo que não tem água na torneira? Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que a água fornecida Campos Altos, ela é injetada do pulso diretamente na rede. Há um sistema de reservatório no Jardim Piranga que consegue mandar água para o setor Campos Altos. Há dois poços que produz essa água, mas quando há oscilação nessa produção, a pressão na rede cai imediatamente. E geralmente a parte mais alta é a que sente o impacto mais rápido. E às vezes levam de 4, 5 horas para identificar o problema e restabelecer o processo, mas aí há um tempo de recuperação do abastecimento. Mas anotou essa ocorrência e vai checar essa informação com a equipe em loco, e se comprometeu em dar uma resposta a essa moradora. Outra pergunta, foi do senhor **Oliveira de Carvalho**, que disse que solicitou o desmembramento da rede de água da Araguaia Saneamento com urgência. Já foi feito o corte, pagou todas as taxas, inclusive a do corte. E pediu para olhar no sistema isso já tem quase 6 meses que espera uma resposta positiva. Não acha justo pagar água que não está consumindo. Em respostas as perguntas o senhor **José Emanuel**, disse que quem está conectado em situação normal, não consumindo, paga a tarifa mínima, que é justamente para que garanta a manutenção de toda a infraestrutura implantada, e são essas pessoas que estão buscando para se reconectarem novamente e cobram essa tarifa mínima. O Presidente agradeceu a participação de todos e informou que será feita uma ata desta reunião com todas as informações e tomar providências juntos com a Agência Reguladora e o pessoal da OAB. Sabe que a população que está aqui presente, quanto a que está nos assistindo, que pelo posicionamento do representante da empresa é que ficou claro que nada vai mudar, há um contrato que os protege, mas quer dizer para todos que vão tomar devidas providências como representante do povo. Vão encaminhar essas informações para que haja as devidas providências e pediu a colaboração do PROCON nisso também. Disse para a população e a todos que esteve aqui que a vão fazer aquilo o contrato respalda a vocês naquilo que for de direito, mas vão defender aquilo que a população espera do Poder Legislativo, que é um serviço de qualidade. Muito foi falado aqui na questão da água, mas principalmente também, esqueceram de falar sobre a questão do esgoto, investimentos, zero no esgoto. Precisa também avançar no esgoto, porque quando se faz uma concessão, é para se fazer investimento e prestar um serviço de qualidade e depois receberem suas taxas de prestação do serviço. Mas o que está acontecendo é ao contrário, pegaram aquilo que a

prefeitura já tinha, alguns poços, começaram a usufruir daquilo cobrando do povo e o povo até hoje está pagando a conta. E quando o povo acha que já tá bom, tem mais uma surpresa que foi aquela cobrança da taxa que o povo não tá aceitando. Parabenizou o Edu, representando toda imprensa, se mantendo presente até o fim nesta audiência. Quanto a taxa que foi cobrada sobre o retroativo, não passou pela Câmara porque já estava no contrato e eles estão executando aquilo que está no contrato. Para fazer suas considerações finais, passou a palavra ao relator da comissão. Fez uso da palavra o vereador **JB Maninho**, que cumprimentou todos os vereadores que estão presentes, como os representantes e autoridades. Quero garantir para todos que essa audiência pública tem ata, e assim como ela tem ata, ela vai ter um relatório. Esse relatório não vai ser somente o relator ou a comissão. Pediu para fazerem esse relatório com a presença da OAB, que representada aqui e que tem as suas prerrogativas dentro dos direitos da população; também a Agência Reguladora, que possam, se possível, também convidar a imprensa, mas que isso aqui é só o início, por ser um tema complexo, mas que não parem por aqui. Se as coisas não acontecerem, se não fluir, que convoquem outra audiência ou abram uma CPI. Espero que a partir de hoje essa audiência pública aqui não seja simplesmente falácias política, porque essa comissão que presidiu essa audiência pública, tem a prerrogativa de abrir uma CPI para investigar passo a passo das omissões por esta Empresa Araguaia Saneamentos. Muito se falou aqui em culpas, mas em momento nenhum viu essa empresa assumir a sua responsabilidade, a sua culpa na falta de investimentos e na falta de estrutura no abastecimento de água do município de Redenção. Isso praxe, a empresa nunca vai assumir a culpa, mas sabe que tem. Então, vão tomar todas as medidas cabíveis. E podem ter certeza disso, esse relator aqui, junto com todos os membros desta comissão, não vão parar por aqui. Não tem mais espaço para mau serviço e para serviço de má qualidade dessa empresa no município de Redenção. Isso acaba hoje. A partir de hoje, nós queremos ver evolução na prática e não em falácia. O caminho do Ministério Público vai ficar fundo se não houver efeito lá na ponta. E a prova disso vai ser o celular dos vereadores, quando as pessoas pararem de reclamar. Não adianta nada a empresa vir aqui e dizer que fez, que está fazendo, que está evoluindo e o telefone continuar tocando e as pessoas continuar reclamando da falta de água. Essa empresa deve assumir suas responsabilidades, cumpra com suas obrigações contratuais ou vão bucar o caminho mais difícil que é a quebra desse contrato. Se esse for caminho, irão judicializar a causa e quebrar esse contrato. E o município tem muito recurso, tem muito dinheiro, vai ter que assumir esse trabalho e mandar essa empresa de volta para casa, de onde ela nunca deveria ter saído para vir para o município de Redenção, porque nunca prestou um bom serviço. Isso aqui não é um ato político, isso aqui é uma comissão que tem as suas prerrogativas e a partir de agora queremos ver resultado por parte da Agência Reguladora, por parte da empresa e por parte dessa legislatura que está de parabéns. Ver aqui cada vereador se posicionando e se posicionando do jeito que tem que se posicionar, ao lado de quem paga os nossos autos salários. Nas considerações finais fez uso da palavra o vereador **Jurandi Guedes**, que parabenizou o senhor José Emanuel, muito bem instruído para defender a empresa, porém observou aqui atentamente a pergunta da população e não vi nenhuma resposta, a exemplo do que disse que paga o esgoto que não tem. Percebe que não existe mais espaço para desculpas por parte dessa empresa, se errou tem que pagar, e as autoridades que tem competência de cobrar estão presentes nesta audiência. Essa empresa está cobrando até o vento que passa pelos canos, cobra tanta coisa e não erra. Achou muito bem o posicionamento o diretor presidente dessa empresa, bem ético, mas infelizmente se fosse depender da resposta e o posicionamento da empresa, nós iríamos sair daqui mais uma vez perdido. Mas com o

compromisso dessa comissão e de cada um dos vereadores, nós iremos para cima com vontade de fazer valer os votos dados para cada um desses vereadores. Parabenizou todos os vereadores pelo compromisso. Ao prefeito por ativar novamente a Agência Reguladora que está presente até agora, mas antes era apenas um cabide de emprego, e crer que o prefeito também não vai pactuar com essa irresponsabilidade dessa empresa. População está com um sentimento de mágoa, de revolta com essa empresa que não tem compromisso com o povo de Redenção. Se não der conta de tocar, entrega que o povo vai abrir as suas os seus poços, o povo vai abrir suas fossas, mas o que não podem permitir é continuar a pagar por algo que não recebem. Nas considerações finais, fez uso da palavra o Dr. **Flávio Almeida** – Presidente da OAB – Subseção Redenção, que registrou a importante dessa audiência pública. Se dirigiu ao senhor José Manuel, e disse que tem uma percepção que Redenção de 2026 é uma Redenção diferente de 2012. É uma Redenção diferente de 2016. Costumo dizer que Redenção passa por um processo de construção da sua sociedade civil. Então, a Câmara Municipal, o poder legislativo atual é totalmente diferente de todos os outros que aqui já passaram. A composição é diferente. Você tem nessa casa dois advogados, você tem um corpo técnico, você tem vereadores que de fato exercem com seriedade esse papel. Poder executivo municipal é outro. Essa Agência Reguladora nunca teve um diretor presidente com a qualificação técnica que o Aristóteles tem. Aristóteles foi secretário do meio ambiente desse município por 9 anos. E também hoje a OAB tem uma fala que não se omite diante das necessidades da sociedade. Percebeu que o senhor José Emanuel fugiu há todo tempo aqui de uma possibilidade de um acordo. Um dos vereadores falou sobre isso. o senhor Aristóteles também falou sobre a possibilidade da empresa querer celebrar um taque, mas ele saiu pela tangente, se esquivou. E assim, com toda a sinceridade e com muita lealdade, inclusive sugeriu que a Araguaia Saneamento procure seu jurídico. Não acha, não ver viabilidade, até para o próprio município extinguir esse contrato, mas certamente uma ação civil pública com a obrigação de fazer um pedido de uma condenação de um dano moral coletivo, a imposição de multa diária para que a Araguaia Saneamentos cumpra essas metas, certamente isso é viável. E disse toda a sinceridade, a OAB já vem fazendo esse estudo e não vão hesitar, não serão omissos. De fato, assim como os demais poderes afirmaram, também acha que a população não aguenta mais passar por isso, não aguentam mais ter essa precariedade nesse serviço, não aguentam mais essa ausência desse cumprimento de metas. Então, pediu para o senhor José Manuel conversar o seu jurídico, porque Redenção não aguenta mais. E não pense que vão querer declarar a caducidade do contrato, checkou o contrato e poderá aplicar multas. Já conversou com alguns vereadores e perceberam que uma ação civil pública com obrigação de fazer pedido de multa diárias, caso não cumpra as metas, será o caminho mais viável. Um pedido de um dano moral coletivo será um pedido mais viável. Viu que o vereador JB Maninho falou de procurar o Ministério Público, tudo bem, acha que é um direito, e que é válido, mas a OAB também tem legitimidade e competência para propor essa ação civil pública. E se colocou à disposição para isso junto a esta casa legislativa, ao poder executivo e a toda sociedade. Nas considerações finais, fez uso da palavra o senhor **Aristóteles** – Presidente da Agência Reguladora, que agradeceu a todos que estão fazendo acontecer esse momento. se colocou a disposição como representante da Agência Reguladora de Serviço e Saneamento Básico do Município. Parabenizar também todo esse esforço coletivo para tentar resolver um problema tão complexo como este. Quando o prefeito Dr. Rener lhe passou essa missão, ele exigiu que tivesse uma postura que olhasse tanto para a proteção do usuário, que trabalhasse muito a transparência pública. E esse movimento é o que busca trabalhar. E uma das maiores missões nesse projeto será equalizar esse contrato

para que não tenha mais uma vez outros argumentos nesse sentido: falta isso, falta aquilo. A sua ideia é cumprir. O prefeito Dr. Rener já recebeu o município com um déficit de décadas de problemas e é o que tentarão resolver nesse ciclo de gestão o máximo que puderem conseguir direcionar Redenção para o futuro que ela merece. Fez suas considerações finas, a vereadora **Mariza Almeida**, que disse ao senhor José Manuel que estão em uma relação institucional entre a Araguaia Saneamento e Câmara Municipal. E percebeu que o senhor José Emanuel evitou responder todas as nossas perguntas, focou mais em falar somente sobre os lados positivos da Araguaia Saneamentos, inclusive de coisas que não tem utilidade nenhuma na prática da vida do cidadão. Falou de monitoramento, uma bomba de não sei de onde que na prática não faz a água chegar ao cidadão, que essa câmara de segurança não melhora a qualidade da água, não coloca rede de esgoto na casa de ninguém. Falou sobre tecnologia que não vai mudar nada a vida das pessoas na prática, de repente agiliza um serviço, mas não melhora a vida de ninguém. Fez suas considerações finas, o vereador **Arnon Lustosa**, que disse o senhor José Manuel citou sobre coincidência de 4 anos em 4 anos mudarem o nome da empresa, mas acredita que não existe não existe coincidência nesse mundo. Sabe por que não existe? A Odebrecht que foi a que fez esse contrato em 2012, uma multinacional, com certeza não contrataria um advogado inexperiente, com certeza teria ajuda de um escritório com dezenas de advogados e talvez centenas de advogados que estão ali para pensar em todas as possibilidades jurídicas fáticas do que possa possam acontecer. O contrato tá muito bem amarrado para que a Araguaia Saneamento tenha todos os benefícios possíveis, inimagináveis, e tudo que seria possível fazer para cobrar dessa empresa há um respaldo no contrato. O mesmo se evadiu com relação ao TAC. Já de antemão, pediu aqui para essa casa para passar a ata desta audiência, de tudo que foi dialogado, já mandar direto para a OAB, por ser uma entidade também luta pelo interesse público, que tem legitimada para propor uma ação civil pública, e que fazer parte enquanto advogado e vereador dessa ação civil pública, caso não cheguem num consenso, porque o TAC é o que o senhor José Emanuel pediu, uma conversa, um diálogo para que se chegue numa solução. Foi exatamente o que foi dito. Já conversaram, dialogaram, esse isso foi o TAC. E se realmente não tá dando lucro essa empresa, se realmente o dinheiro não tá dando para fazer os investimentos, joga a toalha, abandone, que aí o município dá um jeito, entra num processo legal para entrega para o município ou para substituição da empresa ou abertura de outra licitação. Agora o que não dá é para dizer que não tem dinheiro, se não tem dinheiro, por que essa empresa quer ficar à frente dessa água ainda? Se não tá dando lucro, por que essa empresa quer ficar dando manutenção numa coisa que não dá dinheiro? Isso aí é conto de fada. Isso aí é uma parábola, é qualquer outra coisa, menos a realidade. Então, quanto representante dessa casa, de forma institucional, não estamos falando pessoalmente com o senhor José Emanuel, mas institucionalmente, portanto, quer que essa instituição chamada Araguaia Saneamentos, respeite o povo de Redenção e dê a qualidade de água e dê o esgoto que precisa e não reclamar quando o cidadão procurar suas próprias soluções, que é cavar um poço ou buscar fazer uma força. Porque se essa empresa não está entregando o serviço que lhe cabe entregar, nada mais justo do que o cidadão pelo menos tente ter o mínimo de dignidade fazendo com suas próprias mãos. Fez suas considerações finas, o senhor **José Emmanuel** – Presidente da empresa Araguaia Saneamentos, disse que independente se é recurso financiável ou se é recurso próprio, esse recurso precisa ser amortizado. Quanto ele não for amortizado, a concessionária tem sim esse direito à indenização. Então, não tem relação com financiamento, não tem relação o investimento, o uso e fontes de recurso independe. Mas agradeceu o convite para esta audiência. Tentou explicar, argumentar e levar informação a todas as perguntas dos

vereadores. Se faltou com alguma resposta, pediu desculpas. Se colocou à disposição sempre que a casa demandar. Vai buscar sempre que estiver à frente da Araguaia Saneamentos, prestar um bom serviço à população. Sabe ouvir, e quer estar aqui para realizar esses investimentos e realizar a universalização. Agradeceu também, essa postura técnica da Agência Reguladora, uma vez que a fiscalização é super importante nesse processo, porque é aonde as coisas vão acontecendo, onde as coisas vão fluindo. Não se refuta de uma fiscalização. Quando aceitou tocar esse projeto, quando aceitou estar em Redenção para retomar essa situação e está convicto de que precisam fazer a diferença. Por fim se cocou a disposição de todos. **Nas considerações finais:** O Presidente agradeceu mais uma vez a presença e a participação de todos e informou que vai pegar a ata desta reunião e encaminhará para as comissões fazer um relatório e tomar um posicionamento juntos para que não seja só mais uma audiência. E declarou encerrada a presente audiência às vinte e três horas e trinta e seis minutos. Pela aprovação. **Raytane Freitas** Raytane Freitas Presidente. **JB Maninho** JB Maninho Relator. **Jurandir Guedes** Jurandir Guedes Membro. *****

Ata redigida e digitada pelo servidor Alexsandro Ribeiro da Silva Gomes